

Deixados para trás pelo G20?

Desigualdade e degradação ambiental ameaçam excluir os pobres dos benefícios do crescimento econômico

www.oxfam.org



No mundo inteiro, famílias pobres e seu gado vivem lado a lado em ambientes sujos, a apenas alguns metros de distância de sinais reluzentes de riqueza e progresso. ©Jason P. Howe/Oxfam GB

O G20 está empenhado em apoiar o crescimento equitativo e sustentável. Porém, dados recentes mostram que é preciso haver muitas mudanças para que eles realmente consigam cumprir este compromisso. Os desafios são grandes: a análise deste documento sugere que sem a devida atenção à crescente desigualdade, um crescimento sólido é improvável de ser suficiente para impedir que a pobreza cresça em alguns países do G20 durante a próxima década. A desigualdade de renda está crescendo em quase todos os membros do G20, embora ela esteja em queda na maioria dos países de baixa e de média-baixa renda. Ao mesmo tempo, a expansão econômica ambientalmente insustentável está levando a uma perigosa mudança climática e devastando os recursos naturais dos quais as pessoas pobres dependem em grande parte para obter seus meios de subsistência. Sem ação, a desigualdade tornará os benefícios do crescimento inacessíveis para os pobres, mesmo tendo eles arcado com os custos desta expansão devido à degradação ambiental. É hora do G20 praticar aquilo que ele prega.

Sumário

Em 2010, o G20 comprometeu -se a promover um crescimento econômico inclusivo e sustentável. Eles argumentaram que “para a prosperidade ser sustentável, ela deveria ser compartilhada” e também comprometeram-se com o “crescimento ecológico”, que promete desvincular a expansão econômica da degradação ambiental. Mas os países do G20 ainda têm de avançar bastante para alcançar este objetivo. Este documento analisa o histórico destes países e indica o caminho a ser seguido.

Os desafios são grandes: mais da metade da população mais pobre do mundo vive em países do G20 e a crescente desigualdade ameaça impedir que ela se beneficie do crescimento econômico. A desigualdade de renda está crescendo em quase todos os países do G20, mesmo embora ela esteja em queda em vários países de baixa e média-baixa renda. Ao mesmo tempo, os países do G20 sozinhos consomem quase todos os recursos naturais que o planeta é capaz de repor a cada ano. Padrões insustentáveis de utilização estão levando a uma perigosa mudança climática e devastando os recursos naturais dos quais a população pobre depende para obter seus meios de subsistência.

Isto significa que muitos daqueles que estão vivendo na pobreza não usufruirão dos benefícios do crescimento, embora também arquem com os custos desta expansão econômica através dos impactos da mudança climática e degradação ambiental. Para que os países do G20 assegurem um futuro próspero para todos seus cidadãos, eles devem agora praticar o que eles pregam e superar estes desafios interligados, mas distintos, da igualdade e sustentabilidade.

Inclusivo?

A desigualdade destrói a estrutura social e limita severamente as oportunidades dos indivíduos de escapar da pobreza. Quando a desigualdade de renda é alta ou crescente, a evidência é clara de que o crescimento econômico possui significativamente menos impacto na pobreza: uma abordagem de redistribuição não funciona.

Além disto, uma pesquisa recente indica claramente que a desigualdade ocorre em detrimento ao próprio crescimento econômico. A desigualdade leva à instabilidade, impede o investimento produtivo e prejudica as instituições do governo. Protestos surgindo no mundo inteiro mostram a extensão da preocupação dos cidadãos com o poder corrosivo das desigualdades.

E apesar disto, a desigualdade está crescendo na maioria dos países do G20. Utilizando uma nova série de dados, mostramos que apenas quatro países do G20- incluindo apenas um país de renda alta, Coreia - têm reduzido a desigualdade de renda desde 1990. Neste ponto, o G20 está sendo superado: vários outros países, incluindo países de baixa e média-baixa renda, têm reduzido a desigualdade de renda neste período.

Nossa análise ilustra justamente o quão perigosa esta tendência é. Na África do Sul, nosso modelo prevê que mais de um milhão de novas pessoas serão empurradas para a pobreza entre 2010 e 2020, a menos que a desigualdade rapidamente crescente seja combatida. A recompensa proveniente de uma maior igualdade é também significativa. No Brasil e no México, a redução da desigualdade para o nível da Indonésia (próximo à média do G20) poderia, segundo nossos cálculos, reduzir o número de pessoas na pobreza em 90 por cento no espaço de uma década.

Esta análise concentra-se na desigualdade de renda, que embora seja importante, é apenas uma das várias formas inter-relacionadas da desigualdade. Em termos mais amplos, a desigualdade nega o direito de setores inteiros da sociedade de serem tratados com dignidade e respeito. Em vários países do G20, pelo menos metade da população é afetada: a frequente condição subordinada das mulheres e meninas faz com que haja menos acesso a saúde e educação, rendas mais baixas e chances de vida menores do que os homens.

Sustentável?

A vida depende do capital natural do planeta, dos recursos naturais que utilizamos para produzir alimentos, água e energia. Mas a trajetória atual do uso destes recursos está sendo profundamente preocupante. Nenhum país (do G20 ou fora dele) já foi capaz de demonstrar que é possível combinar altas rendas médias com o uso sustentável de recursos naturais.

Porém, vários países de renda média conseguiram reduzir a intensidade de recursos de seu crescimento econômico. Entre 1991 e 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) do México aumentou quatro vezes mais rápido do que as emissões de CO₂. O PIB da China aumentou duas vezes e meia mais rápido.

Por outro lado, os países de renda alta do G20 têm tido, no geral, um desempenho muito ruim. Apenas quatro países do G20 reduziram suas emissões de carbono desde a Cimeira do Rio realizada em 1992.

A consequente degradação ambiental atinge mais os pobres. Os pobres não apenas dependem mais dos recursos naturais para seus meios de subsistência como também tendem a viver em locais desproporcionalmente afetados pela mudança climática. Eles podem também não ter os direitos ou poder de assegurar o acesso a recursos em épocas de escassez. O relatório recente da Oxfam "*Land and Power*" (Terra e Poder) documenta casos detalhados de apropriações de terra que deixam os pobres sem acesso a terra em Uganda, Indonésia, Guatemala, Honduras e Sul do Sudão.¹

Os países membros do G20 devem, assim, atuar de maneira bem mais incisiva para fazer com que o uso de seus recursos naturais volte a ficar dentro de limites sustentáveis. Os países de alta renda entre eles devem assumir a liderança para demonstrar que o crescimento econômico ambientalmente sustentável é possível.

Recomendações

Em direção a um crescimento inclusivo

A análise deste documento mostra que se não for dada atenção à crescente desigualdade, em muitos países é improvável que um crescimento sólido seja suficiente para impedir que a pobreza *aumente* significativamente no decorrer da próxima década.

Formuladores de políticas devem, assim, dar mais atenção à desigualdade. Há algumas indicações de que isto pode estar para acontecer, mas a maioria dos países do G20 está atualmente avançando na direção errada. As palavras precisam ser correspondidas com programas de políticas abrangentes em todos os países do G20.

O conjunto exato de políticas deve ser adaptado a cada contexto nacional, mas as políticas de países em desenvolvimento bem-sucedidos sugerem os seguintes pontos de partida:

- Transferências redistributivas;
- Investimento em acesso universal a saúde e educação;
- Taxação progressiva;
- Remoção de barreiras aos direitos iguais e às oportunidades para as mulheres;
- Mudança na posse da terra, garantindo o acesso adequado à terra e a outros recursos, e investimento nos pequenos produtores de alimentos.

A experiência do Brasil, Coreia e vários países de baixa e de média-baixa renda mostra que a redução da desigualdade está dentro do poder dos formuladores de políticas do G20, qualquer que seja o nível de desenvolvimento econômico de seu país. Não há falta de instrumentos de políticas em potencial. Em vez disto, o que talvez falte é vontade política.

Em direção a um crescimento sustentável

Superar a desigualdade não será por si só suficiente para assegurar um futuro próspero para todos. A atividade econômica está atualmente devastando os recursos naturais da Terra, inclusive a capacidade da atmosfera de absorver dióxido de carbono, com os custos sendo arcados desproporcionalmente pelas mulheres e homens pobres. A preocupação mais imediata é com a mudança climática.

Os países desenvolvidos devem assumir a liderança, atuando de maneira mais rápida e profunda para desconectar totalmente o crescimento de seu PIB do uso dos recursos naturais, inclusive emissões de carbono. Porém, *todos* os países do G20 devem monitorar e começar a incorporar nas decisões econômicas o impacto sobre os recursos de seus padrões de produção e de consumo entre uma ampla série de

recursos naturais. Estas reformas devem ser acompanhadas de políticas que protejam as comunidades mais vulneráveis, trabalhadores e consumidores do impacto da transição. Um ponto de partida pode ser a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 em junho de 2012.

O conjunto exato de políticas deve ser adaptado a cada contexto nacional, mas pode incluir:

- Investimento em bens públicos, tais como pesquisa e desenvolvimento em energia limpa;
- Isenções fiscais, subsídios e outros incentivos para canalizar investimentos privados onde eles são mais necessários;
- Taxar aquilo que for indesejável, tais como emissões de gases de efeito estufa, para direcionar as atividades econômicas para alternativas mais sustentáveis;
- Regulação para impedir que empresas poluam ou incentivá-las a fornecer bens e serviços que do contrário elas não fariam.

Além disto, os países do G20 devem mostrar uma liderança muito maior na Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança Climática (UNFCCC). Em particular, eles devem:

- Garantir que os países desenvolvidos cumpram, como primeiro passo, com todas as suas atuais promessas de mitigação para 2020, e dêem garantias que as finanças para mitigação no longo prazo serão mobilizadas para ajudar os países em desenvolvimento a implementar seus compromissos mais ambiciosos;
- Chegar a um consenso sobre as divisões justas dos cortes de emissões globais necessários para evitar um aquecimento global superior a 1.5°C.
- Negociar um acordo sobre novas e confiáveis fontes de longo prazo de finanças climáticas, particularmente a cobrança de um preço justo sobre a emissão de carbono do transporte marítimo internacional, com um mecanismo de compensação para países em desenvolvimento e taxas sobre transações financeiras em países desenvolvidos.

O G20 tem uma oportunidade de estabelecer-se enquanto grupo de países que lidera através do seu exemplo. Eles têm se comprometido a buscar o crescimento econômico inclusivo e sustentável, e o cumprimento de seus compromissos deve ser seu ponto de partida.

Introdução

A renda média global por pessoa dobrou nos últimos quarenta anos.² A proporção da população mundial que vive na pobreza teve uma queda significativa durante este mesmo período, mas o número absoluto permanece alto: 1.3 bilhão de pessoas ainda vivem com menos de \$1.25 por dia. Mais da metade destas mulheres e homens são de países do G20.³

Ao mesmo tempo, a economia global está agora utilizando os recursos naturais renováveis do planeta entre 20 e 50 por cento mais rapidamente do que eles conseguem ser restabelecidos, com apenas o G20 utilizando 95 por cento da biocapacidade do planeta disponível a cada ano.⁴

Neste relatório, a Oxfam apresenta uma nova análise demonstrando a escala dos desafios de equidade e sustentabilidade que o globo enfrenta. Um futuro próspero para todos é possível, mas a maioria dos países do G20 não está atualmente caminhando para isto.

Uma valoração das evidências mostra que se os formuladores de políticas concentrarem-se exclusivamente no crescimento econômico e ignorarem a desigualdade, os benefícios da expansão econômica serão inacessíveis aos pobres.⁵ Ao mesmo tempo, o uso de recursos que ocorre frequentemente força os pobres a se aprofundarem ainda mais na pobreza como consequência dos danos ambientais e mudança climática.

Tendo se posicionado como fórum global pré-eminente, o G20 deve dar o exemplo. Em 2010, países do G20 deram esperanças de que eles fariam exatamente isto. Eles divulgaram o documento “*Seoul Development Consensus for Shared Growth*” argumentando que “para a prosperidade ser sustentada, ela deve ser compartilhada”. Semelhantemente, eles se comprometeram com o “crescimento ecológico”⁶, que promete desvincular a expansão econômica da degradação ambiental.

Este documento indica o caminho a seguir e mostra o quanto ainda o G20 precisa avançar. Destacamos alguns poucos agentes que foram bem-sucedidos mas, predominantemente, agentes mal-sucedidos quanto à questão da redução da desigualdade e sustentabilidade, examinando o desempenho de países do G20 durante os últimos anos. Contrastamos o desempenho do G20 com países de fora do G20 e, através de estudos de caso, demonstramos como muito mais pessoas poderiam escapar da pobreza se o G20 buscasse ativamente o crescimento compartilhado. Primeiramente, decompomos as informações demonstrando a importância de se melhorar a igualdade e sustentabilidade.

2

Desigualdade e sociedade

A luta por uma maior igualdade está no centro das políticas modernas. Como afirma a Comissão Econômica para América Latina e Caribe da ONU (CEPAL):

“Nos últimos três séculos, a igualdade tem tido dois significados que, embora complementares, estão em estado de tensão permanente. O primeiro é a abolição de privilégios e o firme estabelecimento de direitos iguais a todos os indivíduos, independentemente de suas origens e de seu gênero, nacionalidade, idade, território e etnia... A segunda dimensão é a distribuição de recursos na sociedade de tal forma que permita que todos os seus membros exerçam seus direitos efetivamente.” 7

A desigualdade continua a prevalecer no mundo todo, tanto no nível micro, como no caso da violência contra as mulheres, quanto no nível macro, manifestando-se no tratamento ruim das minorias (ou majorias, em alguns casos), corrupção, apropriações de terra e disparidades grotescas nas chances de vida que ocorrem entre países e dentro deles. Uma criança nascida no Japão atualmente tem uma expectativa de viver 37 anos a mais do que uma criança nascida no Zimbábue, por exemplo.⁸ Na Inglaterra, as pessoas que vivem nos bairros mais pobres morrerão, em média, sete anos antes do que as pessoas que vivem nos bairros mais ricos.⁹

As evidências têm claramente ligado a desigualdade à erosão da estrutura social, incluindo mais crimes, falta de confiança e saúde mental ruim¹⁰. Análise estatística sugere que a taxa de homicídios de um país está fortemente correlacionada ao seu nível de desigualdade de renda.¹¹ Na América Latina, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) tem ligado a desigualdade a aspectos indesejados do sistema político, incluindo: *“a capacidade regulatória ruim do estado, que permite a presença de monopólios ou oligopólios, regras obscuras do jogo e uma resposta ruim às necessidades dos cidadãos.”*¹²

Esta seção não visa oferecer uma análise abrangente de todos os aspectos da desigualdade, nem focaliza as disparidades flagrantes que existem globalmente (os 10 por cento mais ricos, por exemplo, controlam aproximadamente metade da renda mundial¹³). Em vez disto, esta seção concentra-se na desigualdade de renda dentro dos países e apresenta três argumentos econômicos para políticas que favorecem a igualdade:

1. Os efeitos do crescimento que reduzem a pobreza são limitados pela desigualdade.
2. A redução da desigualdade oferece um duplo dividendo: reduz a pobreza diretamente e torna o crescimento futuro mais favorável aos pobres.
3. A desigualdade é uma barreira ao crescimento.

“Estimamos que com a mesma taxa de crescimento e sem aumento da desigualdade em áreas rurais, o número de pessoas pobres na China teria caído para menos de um-quarto do valor atual.”

*Martin Ravallion*¹⁴

Os efeitos do crescimento que reduzem a pobreza são limitados

O crescimento econômico pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento sustentável durante o longo prazo. Este é o caso principalmente dos países mais pobres. Em Níger, por exemplo, a renda média per capita é de \$1 por dia e a ONU estima que 93 por cento da população vive na “pobreza multidimensional”.¹⁵ Uma redistribuição de renda até o ponto de igualdade absoluta resgataria muitas pessoas da pobreza mais profunda, mas ainda assim manteria todos na pobreza.

Contudo, o impacto do crescimento da renda agregada ou média sobre a pobreza, particularmente no curto e médio prazo, varia imensamente de país para país. Em alguns casos, o crescimento é acompanhado por uma redução substancial no número e proporção de pessoas que vivem na pobreza. O crescimento do Brasil, por exemplo, foi em média de 2.5 por cento ao ano de 1990 a 2009 e foi acompanhado por uma desigualdade decrescente (embora ela ainda permaneça extremamente alta). Durante este período, a proporção de brasileiros vivendo na pobreza foi reduzido pela metade.¹⁶

Mas em outros casos, um crescimento significativo tem ocorrido sem nenhuma queda na taxa de pobreza em contrapartida. No Peru, na década a partir de 1997, a proporção da população que vive na pobreza cresceu mesmo com o país tendo em média taxas de crescimento impressionantes de 3.9 por cento ao ano.¹⁷

Com base em uma grande amostra de países, o ex- Economista-Chefe do Banco Mundial, Francois Bourguignon, constatou que a variação nas taxas de crescimento por si só explicava apenas 26 por cento da variação entre países nas taxas de redução da pobreza.¹⁸

A redução da desigualdade oferece um duplo dividendo para a redução da pobreza

A desigualdade é o elo perdido – a chave para explicar como a mesma taxa de crescimento pode levar a diferentes taxas de redução da pobreza. Ao não levarmos em conta os níveis iniciais de desigualdade, e como eles mudam, podemos facilmente julgar de maneira errada o impacto do crescimento sobre a redução da pobreza.¹⁹ Precisamos examinar o quanto as rendas crescem em média e como o aumento é distribuído entre a população.

Existem muitos fatores, incluindo gênero, região ou outras desigualdades de poder, que podem influenciar esta distribuição. Mesmo nos países mais ricos do mundo, por exemplo, os salários das mulheres e as condições de trabalho são piores do que as dos homens.²⁰ O efeito inevitável de uma maior desigualdade de renda é que o crescimento possui um menor impacto sobre a pobreza.

Ravallion conclui que *“o crescimento será um instrumento contra a pobreza bastante insuficiente caso o crescimento não seja acompanhado por uma redução da desigualdade.”*²¹

“A distribuição é importante para redução da pobreza.”

François Bourguignon ²²

Estudos empíricos de evidências recentes de países em desenvolvimento mostram muito claramente os benefícios da igualdade para a redução da pobreza. Uma análise feita para o Banco Mundial²³ constatou que, em países com uma desigualdade de renda muito baixa,²⁴ cada um por cento do crescimento econômico reduzia a pobreza em quatro por cento. Por outro lado, o crescimento em países com alta desigualdade não tinha em geral nenhum impacto sobre a pobreza.²⁵ Mesmo ter níveis médios de desigualdade de renda pode fazer uma imensa diferença.²⁶ Eles concluíram que *“o poder do crescimento para reduzir a pobreza depende da desigualdade.”*²⁷

Reduzir a desigualdade de renda é também uma maneira de se reduzir a pobreza na ausência de crescimento. O escopo para a redução da pobreza através da redistribuição é maior em países de renda média, onde a maior parte da população mundial pobre vive agora. A renda média é consideravelmente mais alta do que nos países mais pobres, mas muito mal distribuída.

Como Bourguignon destaca, a redução da pobreza na Indonésia no final da década de 1990 foi alcançada inteiramente através da redistribuição, compensando o impacto do crescimento negativo.²⁸ Bourguignon descreve a capacidade das políticas de redução da desigualdade de reduzir a pobreza imediatamente e de acelerar o impacto do crescimento na redução da pobreza no futuro como sendo os *“dois dividendos”* da redistribuição.²⁹

Dar enfoque à questão da desigualdade é, assim, crucial se os formuladores de políticas quiserem maximizar a redução da pobreza.

A desigualdade é uma barreira ao crescimento

Durante muito tempo, a visão ortodoxa que prevaleceu foi a de que o crescimento econômico era inevitavelmente acompanhado nas primeiras fases por uma maior desigualdade, levando no final a uma maior igualdade. Este fenômeno é conhecido como curva de Kuznets, cujo nome é uma referência ao economista Simon Kuznets. Isto significaria dizer que é desnecessário e em vão que as economias em desenvolvimento se preocupem com o crescimento da desigualdade.

Mas muitas outras evidências recentes têm refutado fortemente esta caracterização.³⁰

Além disto, uma análise detalhada dos dados de países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir de meados da década de 1990 oferece evidência significativa de que um alto nível de desigualdade é uma barreira para o crescimento econômico futuro.³¹ De fato, o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) sugere que o crescimento e a igualdade podem *“ser vistos como parte de um círculo virtuoso.”*³²

Isto contradiz o antigo argumento, que sustentava que a desigualdade

favorece o crescimento pois a concentração de renda promove um excesso de riqueza para investimento.³³

A análise concentra-se em diferentes níveis da desigualdade impedindo o investimento produtivo, limitando a capacidade produtiva e de consumo da economia e devastando as instituições. Os argumentos são discutidos detalhadamente em um relatório de pesquisa recente da Oxfam e são resumidos aqui.³⁴

Primeiramente, argumenta-se que a desigualdade impede que os indivíduos realizem investimentos produtivos ou aproveitem seu potencial produtivo. Quando, por exemplo, a desigualdade prejudica os mercados de crédito até o ponto em que apenas a elite rica possui o capital necessário para ter acesso a crédito, muitos investimentos potencialmente produtivos daqueles agentes menos ricos não acontecem.³⁵ A falta de direitos das mulheres sobre a terra, tanto em termos de legislação quanto na prática, é uma barreira comum para o acesso a crédito.

Semelhantemente, uma profunda desigualdade de renda ou de poder pode negar o acesso a educação e a serviços de saúde de um grande número de pessoas. Além de ser uma violação dos direitos a educação e saúde, isto significa que apenas uma minoria da população é capaz de desenvolver sua capacidade integral.³⁶ Em várias sociedades, isto se aplica a pelo menos metade da população, onde a condição subordinada das mulheres e meninas se traduz em menos acesso a educação, serviços de saúde, espaços políticos, terra, crédito e poder.

“Sociedades que discriminam por gênero tendem a vivenciar crescimento econômico menos rápido ... do que sociedades que tratam homens e mulheres igualmente.”³⁷

Existe também muita evidência de que a desigualdade contribui para uma fraca coesão social, instituições precárias e governança ruim, e que isto, por sua vez, é um sério obstáculo para o crescimento econômico. O BAD argumenta que a *“persistência da desigualdade poderia desencadear tensões sociais e políticas e levar a conflitos, como vem ocorrendo atualmente em algumas partes da Ásia.”³⁸*

Além disto, tem-se argumentado de forma influente que uma maior igualdade em termos de posse de terra contribui para uma distribuição de poder mais justa e, assim, para instituições mais favoráveis ao desenvolvimento, incluindo educação universal. Isto (entre outros fatores) poderia ajudar a explicar o crescimento muito mais sólido nos EUA em comparação com a América Latina durante os dois últimos séculos.³⁹

Tem-se sustentado que um argumento semelhante aplica-se à América Latina internamente mais recentemente para explicar o maior crescimento em Costa Rica em comparação com a Guatemala, com desigualdades de riqueza reforçando a concentração de poder e impedindo o surgimento de instituições legítimas e que promovam o crescimento.⁴⁰ A forma como a desigualdade limita a capacidade dos indivíduos de participarem do governo e do desenvolvimento é crucial para a falta de crescimento.

Outros estudos de economistas como Dani Rodrik exploram esta questão mais profundamente, indicando a importância de instituições

adequadas para o crescimento e o impacto prejudicial da desigualdade sobre as instituições.⁴¹

“A alta desigualdade é uma característica do subdesenvolvimento.”

Francisco Ferreira e Martin Ravallion, Banco Mundial ⁴²

O FMI recentemente corroborou estas constatações, com uma pesquisa sobre a contribuição da desigualdade para provocar a crise financeira,⁴³ e o papel de uma maior igualdade na ampliação dos benefícios do crescimento nacional.⁴⁴

Se levarmos em conta o impacto sobre o crescimento, o duplo dividendo de se combater a desigualdade torna-se um triplo dividendo: isto reduz diretamente a pobreza, aumenta a capacidade do crescimento futuro reduzir a pobreza e, por fim, melhora as perspectivas para o próprio crescimento. Tudo isto mostra que os formuladores de políticas deveriam se preocupar muito mais com os altos níveis de desigualdade do que eles se preocupam atualmente.

3

Sustentabilidade e equidade

O crescimento da economia global durante os dois últimos cem anos tem sido único na história. Em relação ao futuro, calcula-se que a economia global quadruplicará de tamanho até 2050, de acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), aumentando de \$70 trilhões atualmente para \$300 trilhões.⁴⁵ Contudo, ao gerar o crescimento econômico global até o momento, a humanidade tem utilizado recursos da natureza de uma maneira profundamente insustentável.

A sustentabilidade ambiental possui muitas dimensões, inclusive a taxa de utilização de recursos renováveis, de recursos não-renováveis e da capacidade do planeta de absorver o excedente. Muitas destas dimensões e suas interdependências ainda não são totalmente compreendidas, dificultando a criação de indicadores que reflitam todas as dimensões relevantes. Um indicador composto que visa medir o uso de recursos renováveis por parte da humanidade é a pegada ecológica (ecological footprint).

Quadro 1: O que é uma pegada ecológica?

A pegada ecológica visa acompanhar as demandas da humanidade sobre a natureza, em termos de área terrestre e marítima necessárias para atender a demanda das pessoas por alimentos, fibras, madeira, energia e assentamentos e de absorver o dióxido de carbono emitido. Esta demanda é então comparada com a biocapacidade do planeta – sua capacidade de regenerar aqueles recursos ano após ano, com base na terra cultivável disponível, pastos, florestas, zonas de pesca e na área terrestre que seria necessária para isolar as emissões de dióxido de carbono. A pegada ecológica de uma nação e sua biocapacidade são expressas em termos de hectares globais (gha) – uma unidade comum baseada em toda área terrestre e marítima biologicamente produtivas do mundo em um determinado ano.

A pegada ecológica não é uma medida perfeita do uso de recursos renováveis: ela não inclui medidas do uso de água doce ou biodiversidade e, como qualquer indicador que se baseia em dados da ONU internacionalmente comparáveis, a qualidade dos dados varia de país para país. O cálculo da pegada está atualmente evoluindo pois dados e métodos melhores para comparar a produtividade de diferentes tipos de terra tornam-se disponíveis, mas as tendências subjacentes que a pegada documenta continuam alarmantemente claras. Consequentemente, ela é utilizada para análise de muitos governos, cidades, empresas, cientistas e organizações internacionais.

Fonte: Oxfam, com base na Global Footprint Network, Outubro de 2011, www.footprintnetwork.org

A pegada ecológica global da humanidade dobrou desde 1961 e atualmente estamos utilizando os recursos renováveis da natureza

entre 20 e 50 por cento mais rapidamente do que o planeta é capaz de renová-los.⁴⁶

Estamos significativamente devastando o capital natural do planeta. Através do excesso de pesca, de pastagem, de produção das árvores e através da devastação do solo, estamos acabando com a capacidade de longo prazo do planeta produzir recursos para uso humano, tais como colheitas, carne, peixe e madeira.

Da mesma forma, estamos destruindo sua capacidade de absorver excedentes, como por exemplo dióxido de carbono armazenado, e sua capacidade de prover serviços vitais, como biodiversidade, renovação da água doce e um clima seguro.

Degradação ambiental agrava as desigualdades sociais

Os recursos naturais são a riqueza fundamental da qual a vida depende. A trajetória atual da degradação ambiental é uma ameaça a toda prosperidade humana, mas o impacto da degradação recai mais fortemente sobre os países e pessoas pobres, de três maneiras:

- *As pessoas pobres dependem mais dos recursos naturais para obter seus meios de subsistência.* De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), três-quartos das pessoas que estão enfrentando a fome no mundo vivem em áreas rurais, principalmente na África e na Ásia. Elas dependem da produção rural, da pesca, do pastoreio e de florestas para obter seus meios de subsistência, frequentemente sobrevivendo em terras marginais que estão mais propensas a enchentes e secas.⁴⁷ As mulheres produtoras de alimentos, em particular, tendem a depender de terras marginais e agricultura dependente da chuva e, assim, estão entre os mais afetados pela degradação ambiental, como falta de água e fertilidade do solo declinante.⁴⁸
- *Os impactos da mudança climática recaem desproporcionalmente sobre os países pobres* devido à sua geografia, combinado com seu nível de desenvolvimento econômico. Mesmo com um acréscimo de 1–2.5°C na temperatura, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) prevê sérios efeitos em vários países em desenvolvimento. Isto inclui menores campos para colheita em áreas tropicais, levando a um maior risco de fome e à disseminação de doenças suscetíveis ao clima, como a malária.

As atuais emissões e alvos de gases de efeito estufa colocam o mundo a caminho de um aumento de 4°C em média nas temperaturas globais. Isto poderia devastar a agricultura de muitas das regiões mais pobres do mundo, destruir fontes de água limpa para até três bilhões de pessoas de países em desenvolvimento e fazer com que um bilhão de pessoas percam suas casas até 2100.⁴⁹

- *A degradação dos recursos agrava o conflito social pelo uso de recursos.* Comunidades rurais pobres frequentemente não têm assegurado o direito de acesso e de uso de terras cultiváveis, água, florestas e zonas de pesca dos quais elas dependem para obter seus meios de

subsistência. Em face da pressão crescente sobre os recursos ambientais globais, tais como a falta de água cada vez maior, desmatamento e fertilidade declinante do solo, as comunidades de baixa renda frequentemente perdem o controle sobre estes recursos e o acesso a eles uma vez que as elites locais ou os investidores internacionais asseguram seu próprio abastecimento e acesso. O relatório recente da Oxfam chamado *Land and Power* (Terra e Poder) detalhou casos como apropriações de terra em Uganda, Indonésia, Guatemala, Honduras e sul do Sudão.⁵⁰

Fazer com que o uso de recursos naturais por parte da humanidade volte para níveis ecologicamente sustentáveis é essencial. Mas as desigualdades em termos de poder e recursos faz com que pessoas e países pobres também estejam vulneráveis ao impacto de se fazer esta transição para a sustentabilidade. Políticas nacionais e internacionais destinadas a proteger seus direitos e interesses são essenciais. Consequentemente, combater as desigualdades subjacentes dentro e entre países torna-se algo importantíssimo.

4

O boletim de desempenho sobre desigualdade

Historicamente, pouco esforço tem sido feito para se desenvolver medidas precisas ou comparáveis da desigualdade (entre períodos e entre países). Isto é sintoma de um problema mais profundo. A desigualdade não recebe o nível de atenção dos formuladores de políticas (principalmente fora da América Latina) que as evidências de sua importância demandam.

A desigualdade não é discutida nem destacada pelo FMI em seus relatórios anuais Artigo IV sobre cada país membro, ou em seus Instrumentos de empréstimo de Crédito Prolongado que visa a redução da pobreza e o crescimento.

Contudo, um banco de dados desenvolvido recentemente (o banco de dados de Solt sobre Desigualdade de Renda Mundial Padronizada⁵¹) oferece uma medida comparativa para um tipo de desigualdade: renda. Ele contém coeficientes de gini padronizados: uma medida do quão distante a distribuição de renda está da igualdade perfeita.

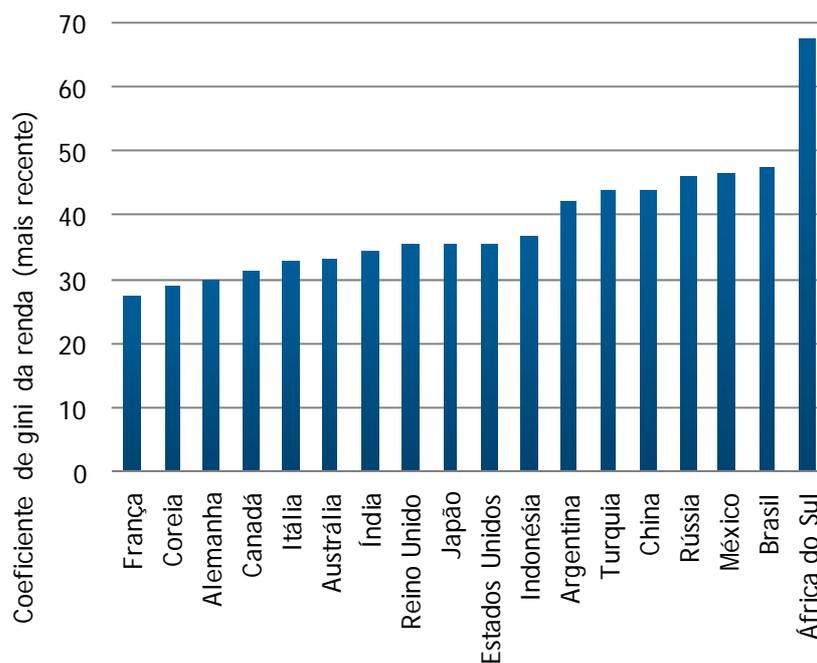
Isto nos permite desenvolver um boletim de desempenho sobre desigualdade de renda (report card) para os países do G20 (e outros países) quando examinamos o quão desiguais eles são agora e se eles estão avançando na direção correta. Este exercício revelou poucos países que tiveram bom desempenho, mas uma tendência geral preocupante para os países do G20.

O boletim de desempenho sobre a desigualdade do G20

Este documento compara a desigualdade na renda familiar líquida dentro de um país, como medido pelo coeficiente de gini, para todos os países do G20 exceto Arábia Saudita (para o qual os dados não se encontram disponíveis). Como comparação, ele também examina a participação na renda dos 10 por cento mais pobres da população em um subconjunto de países.

De acordo com os últimos dados mostrados na Figura 1, a França possui a menor desigualdade, seguida de perto pela Coreia do Sul, um país que tem se desenvolvido rapidamente sem observar um grande aumento na desigualdade. A África do Sul é o país mais desigual, com uma significativa diferença.

Figura 1: coeficiente de gini da renda em países do G20, 2005–2009



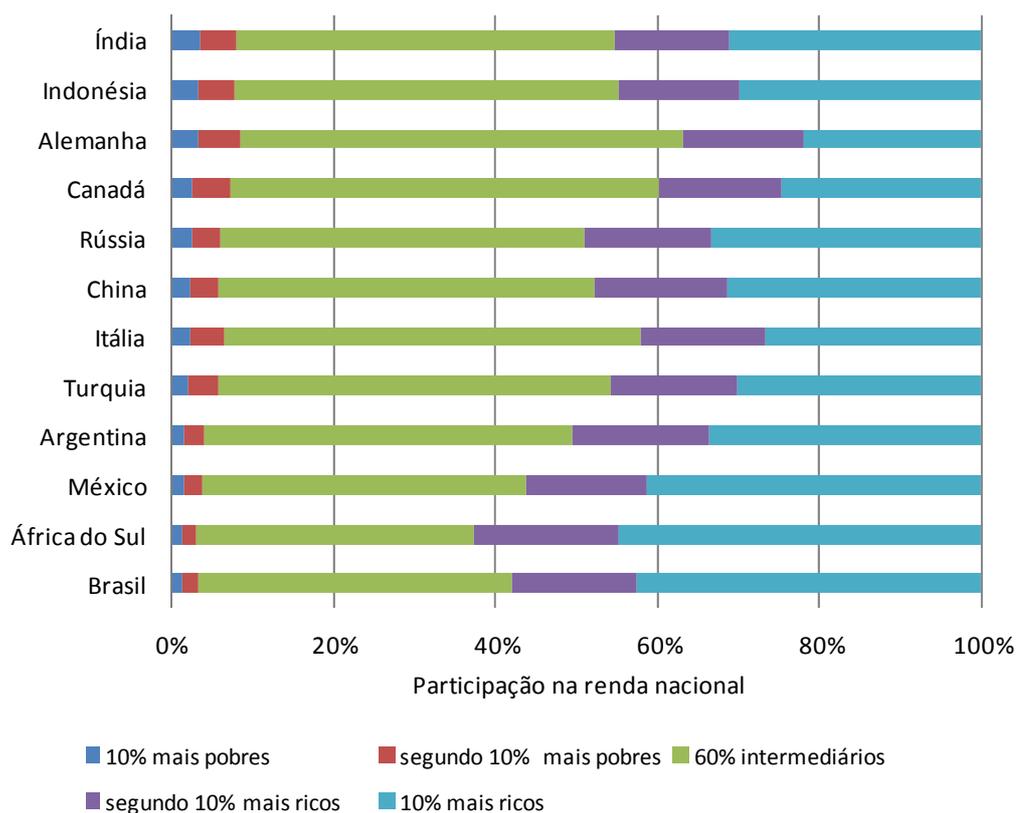
Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos de F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0

A Figura 2 mostra em mais detalhes como a renda é dividida. Dados comparáveis sobre a distribuição de renda encontram-se disponíveis para apenas dois-terços dos países do G20. Eles estão indisponíveis para a Austrália, França, Coreia do Sul, Japão, Arábia Saudita, Reino Unido e EUA.

Constatamos que a participação na renda dos 10 por cento mais pobres da população é frequentemente muito baixa, às vezes tão baixa que chega a ser um por cento. Enquanto isto, os 10 por cento mais ricos usufruem de uma imensa participação, às vezes excedendo a 40 por cento de toda a renda.

Em termos da participação na renda dos 10 por cento mais pobres da população, a Índia é o país que possui a maior participação e o Brasil é o que possui a menor. A África do Sul possui a maior concentração de riqueza no topo da escala de renda.

Figura 2: Participação na renda em países do G20, 2000–2009



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, <http://data.worldbank.org>.

Em geral, os países mais desiguais são economias de mercado emergente: África do Sul, Brasil, México, Rússia, Argentina, China e Turquia. Os mais igualitários tendem a ser economias desenvolvidas com uma renda superior à média, incluindo a França, Alemanha, Canadá, Itália e Austrália.

Porém, o quadro é muito diferente quando consideramos quais países estão reduzindo a desigualdade e onde ela está aumentando. Isto mostra que os países mais ricos têm muito mais motivo para se preocuparem. De acordo com nosso conjunto de dados, os únicos quatro países do G20 que melhoraram a igualdade desde 1990 são economias de mercado emergente: Brasil, Coreia, México e Argentina. Brasil e Coreia conseguiram reduzir a desigualdade tanto durante a década de 1990 quanto durante a última década conforme eles cresciam.

México e Argentina, tendo se tornado mais desiguais durante a década de 1990, reverteram esta situação com mais avanços em direção à igualdade desde o ano 2000 (novamente, enquanto estavam crescendo).⁵²

Quadro 2: Reduzindo a desigualdade no Brasil e Argentina

O Brasil e a Argentina são duas das poucas histórias recentes bem-sucedidas sobre desigualdade de renda no G20. Então o que aconteceu?

O economista Giovanni Andrea Cornia sugere as duas causas principais da redução da desigualdade na América Latina em geral durante a última década: política governamental e condições econômicas favoráveis, ilustrado pelo aumento das remessas de dinheiro feita por imigrantes (que representam mais de 2.3 por cento do PIB regional, e 2.8 por cento do PIB do México).⁵³

As políticas governamentais buscaram aumentar a proporção do imposto sobre o PIB, permitindo que os países equilibrassem seus orçamentos, e também buscaram aumentar os gastos do governo. Concentrando-se na política governamental do Brasil, Hailu e Soares sugerem que duas áreas tiveram destaque: melhorias na educação em meados dos anos noventa, mais precisamente a admissão universal ao ensino primário e taxas de repetência mais baixas e transferências de dinheiro do estado.⁵⁴

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) da ONU afirma a importância dos programas de transferência de dinheiro por toda a região.⁵⁵ O Programa de Desenvolvimento da ONU concorda que eles atendem a dois objetivos principais: *“primeiramente, transferir fluxos de renda a famílias que vivem na pobreza e, em segundo lugar, promover investimento das famílias em capital humano da geração mais jovem para aumentar sua capacidade de gerar renda no futuro e quebrar o ciclo da transmissão intergeracional de pobreza.”*⁵⁶

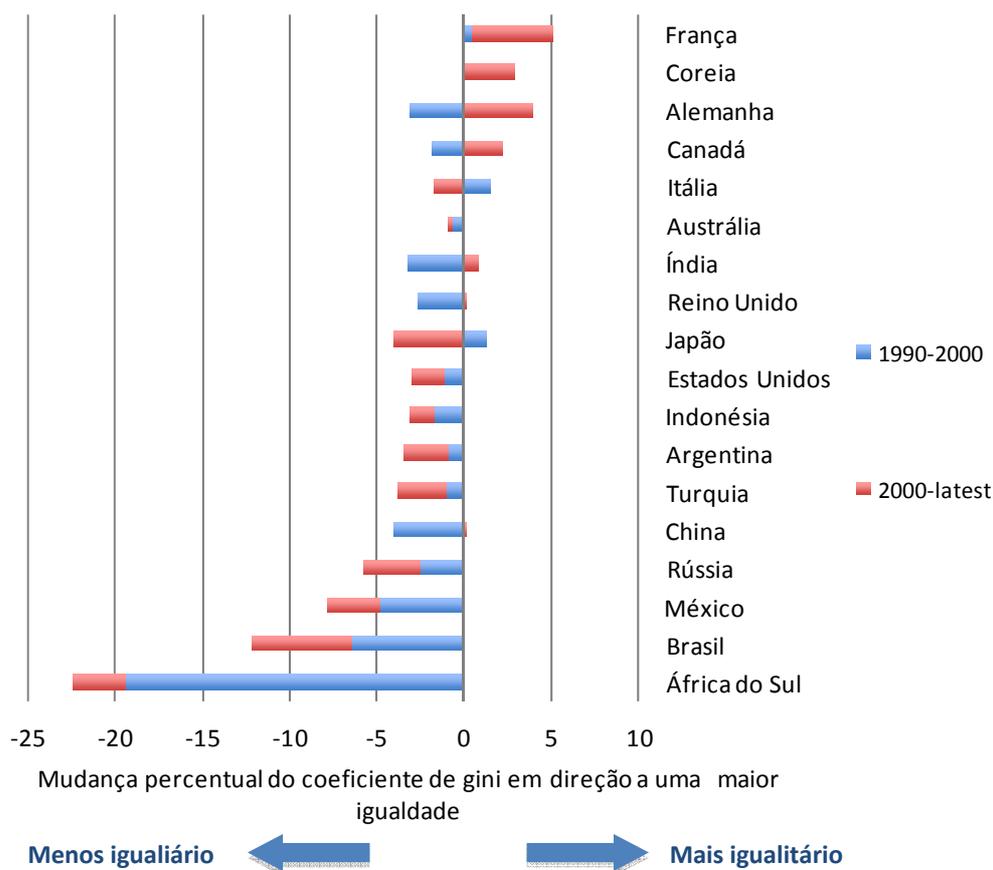
O aumento da taxa de emprego e de salários também teve um papel crucial. Cornia destaca que o emprego tem aumentado mais sob governos de centro-esquerda na região.⁵⁷ Cornia cita mais evidências mostrando que os salários mínimos aumentaram a renda na base da distribuição e aumentaram os salários no setor informal e também no setor formal.

Fonte: Stuart, E. (2011) “Making Growth Inclusive”, Oxford: Oxfam. (Além de outras fontes citadas no Quadro 2.)

Como a Figura 3 mostra, porém, estes quatro países são uma exceção. Nos países do G20 em geral, e em todo país de alta renda, com exceção da Coreia, o nível médio de desigualdade cresceu de 1990 até meados de 2000 (em cada país, o último ano para o qual os dados comparáveis estão disponíveis).

Alguns países tiveram até mesmo uma aceleração no aumento da desigualdade desde o milênio: Turquia, Alemanha, Indonésia, Austrália, Índia e África do Sul. Estas desigualdades estão frequentemente interligadas a desigualdades extremas nos salários: um relatório de maio de 2011 da High Pay Commission do Reino Unido indicou que pelas tendências atuais, os altos executivos terão uma remuneração 214 vezes maior do que a média salarial até 2020.⁵⁸

Figura 3: Comparação da mudança percentual do coeficiente de gini da renda dos países do G20 durante duas décadas, 1990-2010



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos de F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0

Estas estatísticas nos fornecem apenas informações sobre desigualdade de renda. As desigualdades de riqueza – que são muito significativas para explicar como a desigualdade prejudica o crescimento, como descrito na primeira seção – podem ser até mesmo mais extremas. Há evidências de que estas desigualdades, também, estão crescendo. Pesquisa recente do economista da Universidade de Nova York Edward Wolff, por exemplo, constatou que a parcela de riqueza dos um por cento mais ricos da população dos EUA na verdade cresceu durante a crise econômica de 2007 a 2009.⁵⁹

Mesmo onde a desigualdade de renda tem sido reduzida, no Brasil, Argentina e México (deixando de fora a Coreia porque os dados não estão disponíveis), quase toda melhoria está ocorrendo no meio da distribuição. A classe média tem obtido uma parcela de renda às custas dos 10 por cento mais ricos. Um ataque sustentável sobre a pobreza e desigualdade exigirá um enfoque sobre as pessoas mais pobres.

No geral, os dados do G20 nos mostram uma desigualdade crescente. Evidências sobre o impacto da desigualdade – e protestos que agora estão acontecendo no mundo todo – indicam fortemente que formuladores de política do G20 precisam levar isto em conta. Experiências no Brasil, Argentina, México e Coreia demonstram que o avanço em direção à igualdade é possível. A evidência também sugere

que um alto nível de desigualdade não é um corolário inevitável de uma taxa de crescimento em particular ou nível de desenvolvimento. Isto está fora de dúvida se considerarmos como a desigualdade tem mudado em outros países.

Quadro 3: A importância da desigualdade além da renda

Esta seção concentra-se em duas medidas de desigualdade de renda, pois é onde há mais dados comparáveis. Mas isto apenas nos conta metade da história. Desigualdades de poder e de riqueza, e diferenças entre gêneros são fatores cruciais para os resultados de desenvolvimento.

O fenômeno “mulheres desaparecidas” demonstra justamente o quão devastadoras estas formas de desigualdade podem ser. Uma análise das tendências da população mostra que o número de meninas e mulheres na Ásia é de milhões a menos do que deveria ser. Isto se deve ao aborto seletivo de sexo e negligência pós-nascimento de meninas.⁶⁰

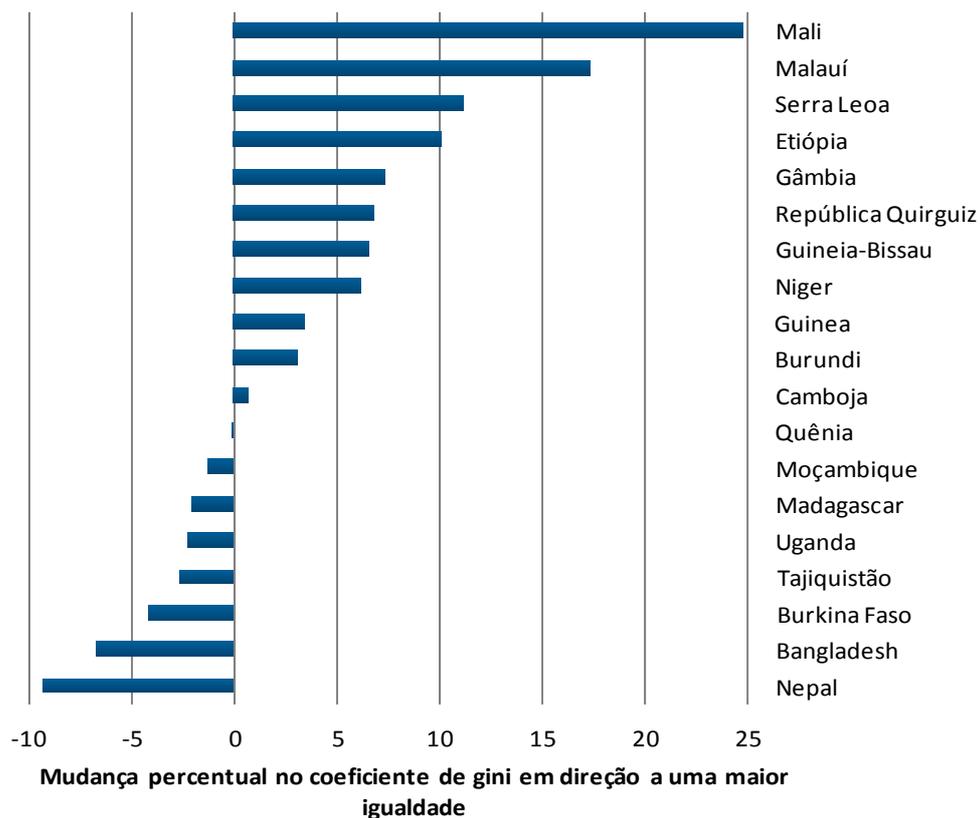
Independentemente dos níveis de pobreza de renda, nenhum país pode afirmar que é verdadeiramente desenvolvido a menos que tenha abordado tais formas básicas de desigualdade quanto esta.

Como o G20 se compara com países de baixa renda e de renda média-baixa?

Utilizando o novo banco de dados de Solt, constatamos que o nível de desigualdade de renda está caindo na maioria dos países de baixa renda onde os dados do decorrer do tempo estão disponíveis.⁶¹ Seus níveis de desigualdade estão se convergindo para aqueles de países do G20.

Alguns países, particularmente países africanos muito pobres, como Mali, Malauí, Serra Leoa e Etiópia, têm alcançado avanços substanciais em seus níveis de igualdade de renda, como mostrado na Figura 4.

Figura 4: Mudanças na desigualdade em países de baixa renda, 1990-meados de 2000 (2004, 2005 ou 2006, dependendo da disponibilidade)

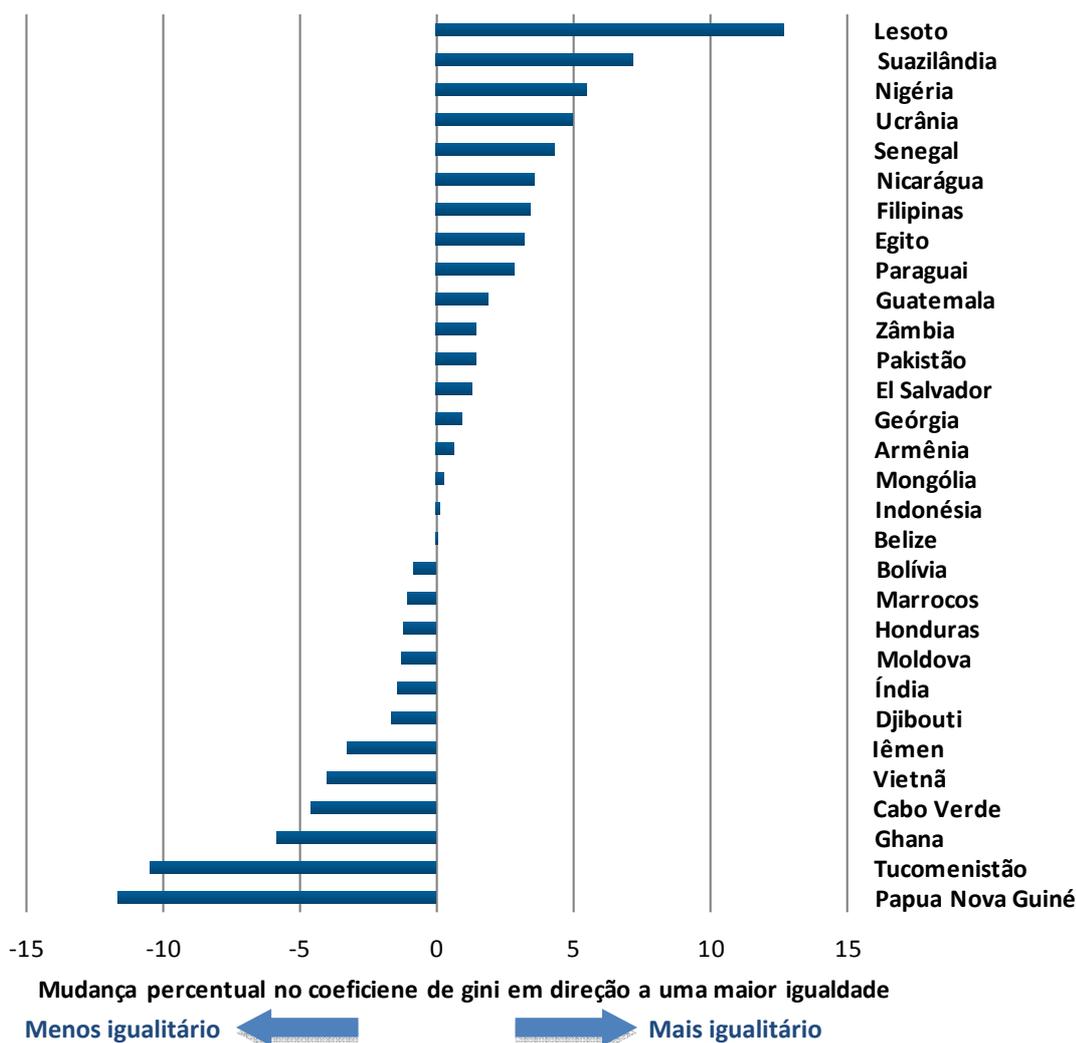


Menos igualitário ← → Mais igualitário

Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos de: F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0

Vários países de renda média-baixa também têm alcançado grandes avanços na redução da desigualdade (Figura 5).⁶² Mais da metade dos países de nossa amostra reduziu a desigualdade entre meados nos anos noventa e 2005, embora frequentemente a partir de um elevado ponto de partida.

Figura 5: Mudanças na desigualdade em países de renda média-baixa, 1990-meados de 2000 (2004, 2005 ou 2006, dependendo da disponibilidade)



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos de: Frederick Solt, 2010, "The Standardized World Income Inequality"

Isto demonstra mais uma vez que a crescente desigualdade não é um produto inevitável de uma fase particular do desenvolvimento. A desigualdade decrescente, e então maiores reduções na pobreza, são possíveis em qualquer fase do desenvolvimento econômico.

Combater a desigualdade é tanto uma questão de decisão política quanto econômica. Dos dois países com crescimento mais rápido da amostra, a Armênia cresceu enquanto tornava-se mais igualitária, enquanto o Turcomenistão cresceu enquanto tornava-se consideravelmente menos igualitário.

Estes resultados colocam o desempenho dos países do G20 em clara evidência. Se eles quiserem promover uma estratégia de desenvolvimento baseada em crescimento compartilhado, eles precisam dar o exemplo. Na realidade, eles frequentemente têm um desempenho pior do que os países de fora do G20.

5

O boletim de desempenho sobre sustentabilidade

A urgência de se fazer com que a atividade econômica global volte para dentro de limites ambientais sustentáveis tem sido reconhecida há décadas. Em 1992, houve um encontro mundial das nações no Rio de Janeiro e elas se comprometeram a promover mudanças profundas em ação ambiental global. Isto incluía estabilizar as emissões globais de gases de efeito estufa para evitar mudança climática perigosa e conservar e utilizar a biodiversidade do planeta de forma sustentável.

Vinte anos depois, em junho de 2012, elas se reunirão novamente no Rio de Janeiro para avaliar que progresso tem sido feito e definir o caminho a seguir: elas têm de assumir compromissos concretos com um plano de ação para a próxima década em diante, que faça com que as economias mudem para um modelo sustentável, equitativo e resiliente.

As economias do G20 provavelmente desempenharão um papel central na geração do crescimento econômico global que está projetado para os próximos 40 anos. O modelo que elas buscam influenciará fortemente as perspectivas de desenvolvimento humano no restante do mundo.

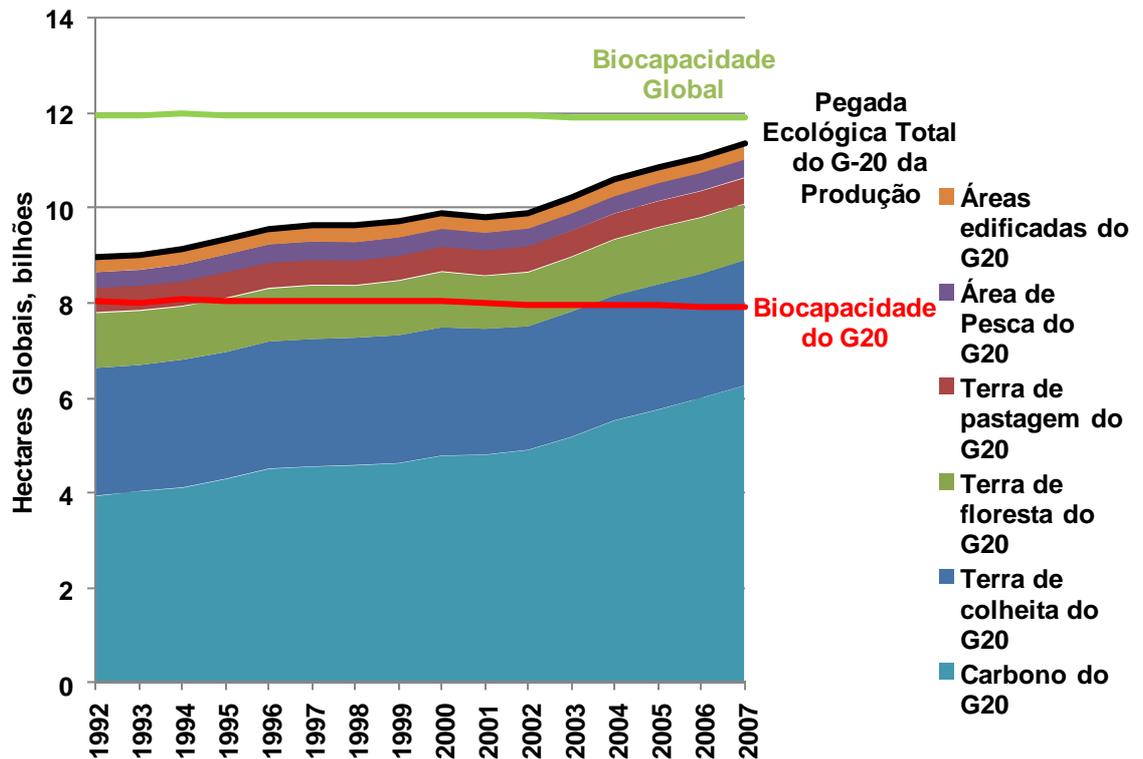
Então, qual tem sido o histórico do G20 durante as duas últimas décadas em termos de combinar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental? O que pode ser aprendido com suas experiências em termos do que é possível e quantas outras ações são necessárias?

O boletim de desempenho sobre sustentabilidade do G20

Os países do G20 representam mais de 60 por cento da população mundial e 66 por cento da biocapacidade do planeta (cerca de 8 bilhões de hectares globais) encontram-se dentro de seus territórios. Suas economias coletivamente cresceram dois-terços entre 1991 e 2007,⁶³ enquanto a pegada ecológica destes países conjuntamente cresceu mais de um quarto.

Até 2007 (o ano mais recente disponível), eles estavam utilizando 95 por cento da biocapacidade total do planeta para gerar sua produção econômica. Eles estavam efetivamente demandando a grande maioria da base de recursos sustentáveis do planeta para sua produção econômica (veja Figura 6). Analisando os dados sobre os componentes da pegada ecológica do G20, vemos que as emissões de CO₂ são o principal condutor por trás de seu rápido aumento.

Figura 6: Pegada ecológica da produção dos países do G20, 1992-2007



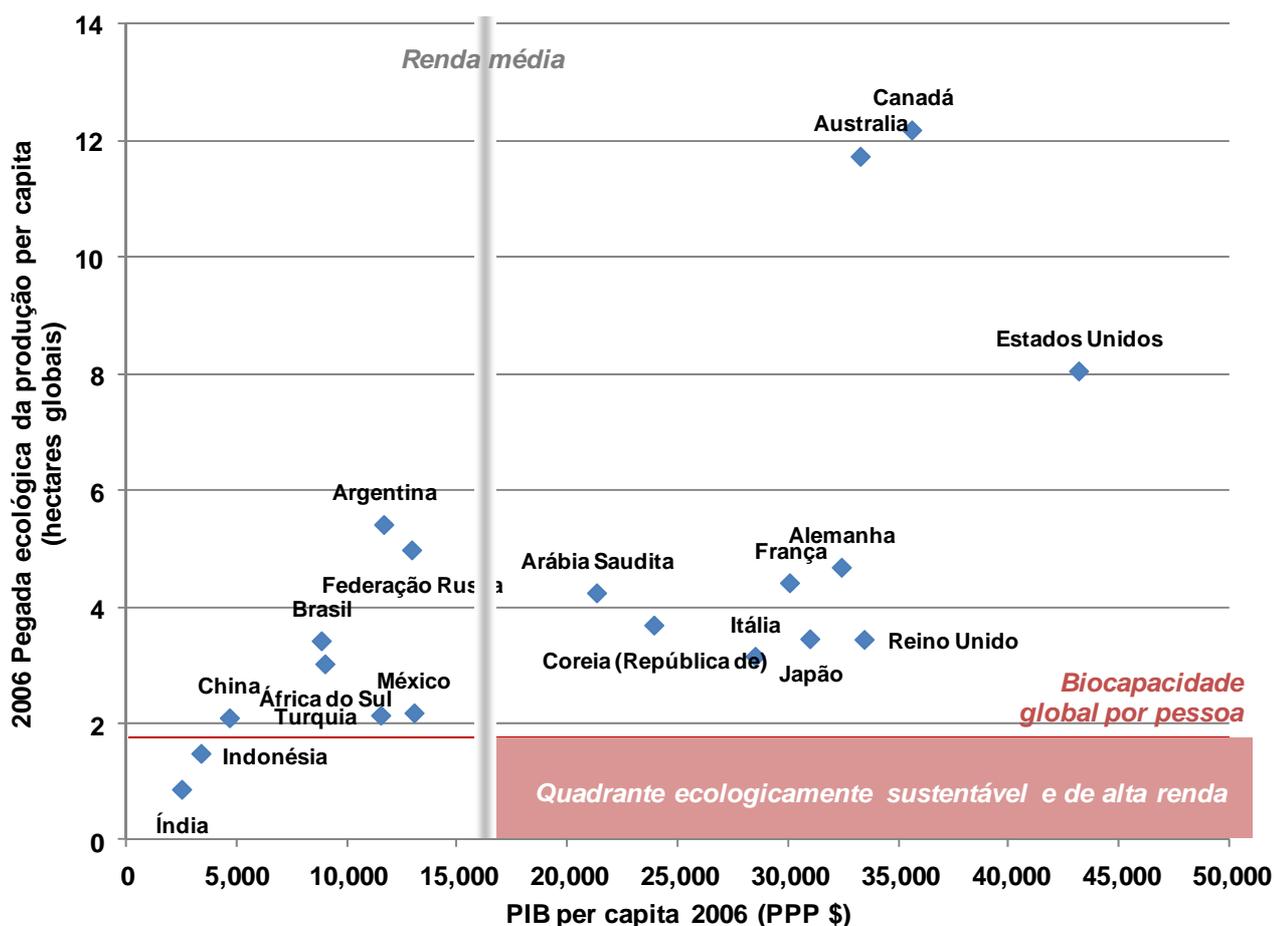
Fonte: Banco de dados da Global Footprint Network, analisado pela Oxfam.

Dentro do grupo de países do G20 existem, logicamente, grandes variações em termos de pegadas ecológicas per capita e rendas médias nacionais. A figura 7 abaixo mostra que os países com Produto Interno Bruto (PIB) semelhante per capita podem ter pegadas ecológicas muito diferentes associadas com como eles geram produção econômica.

A Alemanha e a Austrália, por exemplo, têm um PIB per capita bem semelhante (cerca de \$33.000) mas a pegada ecológica resultante da produção da Austrália é mais de duas vezes e meia superior à da Alemanha.

Da mesma forma, o PIB per capita do México é maior do que o da Argentina, mas sua pegada ecológica para produzir aquele resultado é menos do que a metade da Argentina. Não é de se estranhar que as pegadas ecológicas das nações variam, tendo em vista suas diferenças em tamanho e recursos naturais. Está claro, porém, que o caminho para o crescimento econômico seguido pelos países com grandes pegadas ecológicas não pode ser copiado globalmente.

Figura 7: A pegada ecológica da produção dos países do G20 versus PIB per capita, 2006



Fonte: UNDP 2010 (Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2010) e banco de dados da Global Footprint Network⁶⁴

A Figura 7 também apresenta o que seria requerido para a sustentabilidade globalmente compartilhada. Se a biocapacidade do planeta fosse distribuída igualmente entre a população global atual de sete bilhões, haveria no máximo 1.8 hectares globais (gha, uma medida da biocapacidade⁶⁵) – disponível por pessoa.

Entre os países do G20, apenas a Índia e a Indonésia possuem pegadas ecológicas per capita de produção abaixo de 1.8 gha, mas os dois países possuem PIB per capita abaixo de \$5.000. Por sua vez, a produção econômica anual da Austrália e do Canadá resulta em pegadas ecológicas seis vezes superior do que seria globalmente sustentável.

Isto resume o desafio de se alcançar um crescimento econômico global sustentável. Nenhum país de dentro ou fora do G20 tem alcançado rendas médias altas e uma pegada ecológica sustentável.

Assim, o que seria preciso para que o crescimento econômico se torne ambientalmente sustentável? Desdobrar esta questão é algo essencial para aprofundar os debates sobre “crescimento verde” e para avaliar o progresso alcançado por países ao desvincular crescimento econômico do uso de recursos.

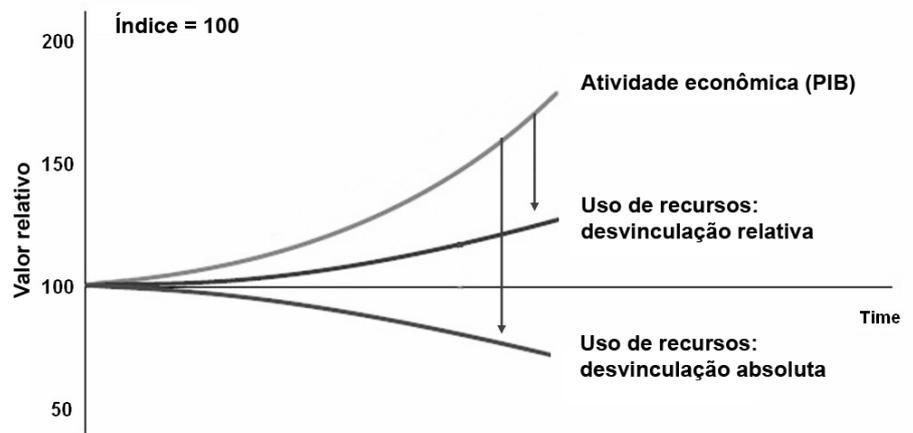
Quadro 4: O que o crescimento econômico sustentável exigiria?

Se o crescimento econômico sustentável é possível ou não depende dos conceitos de *desvinculação relativa* e *desvinculação absoluta* do crescimento econômico do uso de recursos naturais. A figura 8 mostra a diferença crucial entre eles.

A *desvinculação relativa* ocorre quando o PIB cresce mais rapidamente do que o crescimento do uso de recursos, de modo que a intensidade de recursos do crescimento declina – mas o uso de recursos ainda cresce em termos absolutos. Por exemplo: o PIB coletivo dos países do G20 cresceu 66 por cento de 1991 a 2007, enquanto sua pegada ecológica coletiva de produção cresceu 26 por cento durante o mesmo período. Claramente a intensidade de recursos do crescimento dos países declinou por esta medida, mas a pegada ecológica do G20 ainda subiu mais de um quarto em termos absolutos.

Para alcançar o crescimento econômico ambientalmente sustentável em escala global, o uso de recursos globais deve cair enquanto o PIB continua a crescer. Isto é *desvinculação absoluta*. Tendo em vista que os recursos renováveis do planeta já estão sendo utilizados muito além de níveis sustentáveis, é preciso que a desvinculação absoluta ocorra rapidamente para evitar um prejuízo ambiental irreversível.

Figura 8: crescimento do PIB e uso dos recursos: desvinculação relativa e absoluta



Fonte: Oxfam, "G20 countries and carbon dioxide emissions"

O que podemos aprender com a experiência do G20 sobre as perspectivas para desvinculação? As emissões de dióxido de carbono estão conduzindo o crescimento da pegada ecológica do G20 da produção. Tendo isto em vista, e a necessidade urgente de combatermos a mudança climática, nos concentramos aqui nas tendências de desvincular produção econômica das emissões de dióxido de carbono durante as duas últimas décadas.

A Figura 9 mostra como o PIB de países do G20 tem crescido em relação às emissões de CO₂ associadas a esta produção. O que isto implica em relação ao potencial para crescimento econômico ambientalmente sustentável?

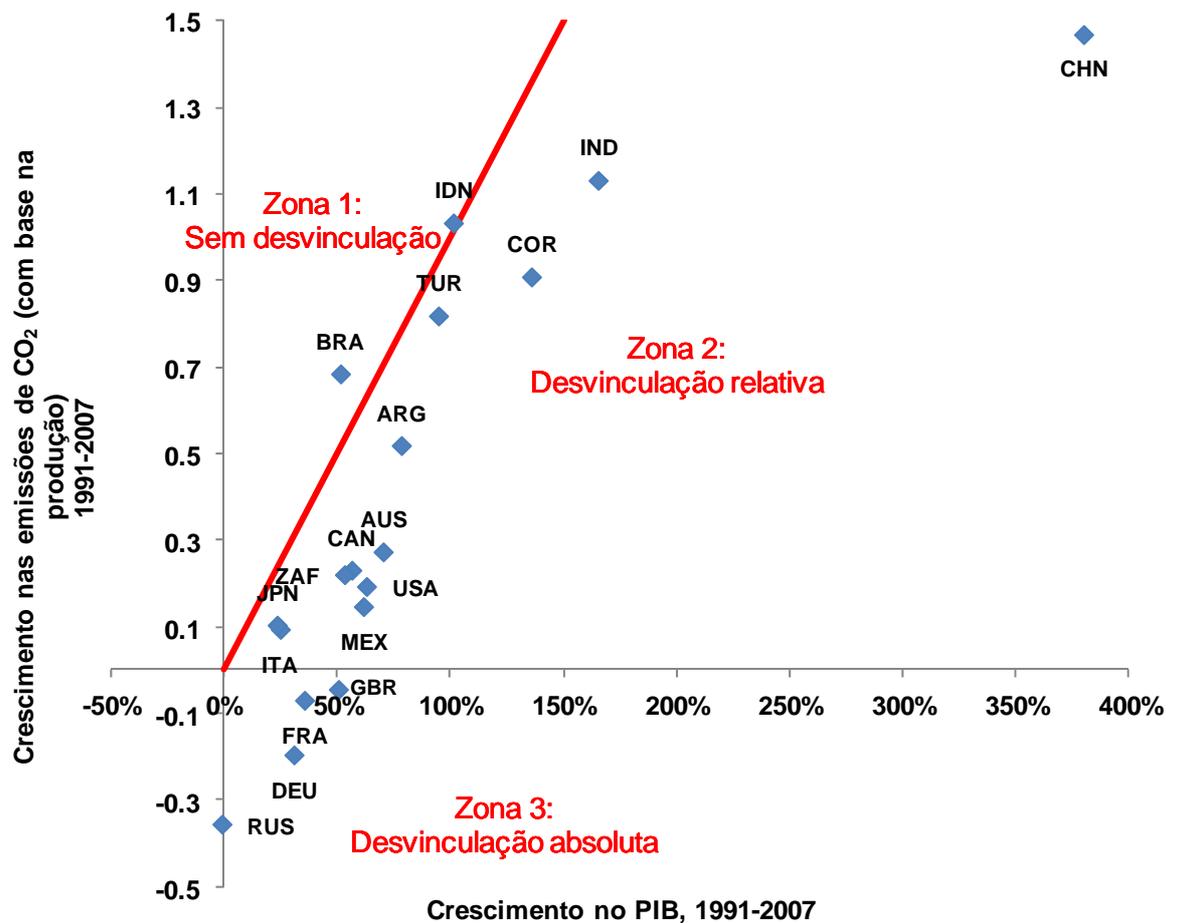


Figura 9: O crescimento do PIB de países do G20 versus o crescimento das emissões de CO₂ (com base na produção) 1991-2007. Fonte: Banco Mundial 2011 (para PIB) e Peters et al (2011)

Primeiramente, a maioria dos países do G20 alcançou desvinculação relativa. A maioria dos países agrupou-se na Zona 2 onde o crescimento do PIB foi mais rápido do que o crescimento das emissões de CO₂. Entre países de renda média, México e China alcançaram a desvinculação relativa mais significativa. O PIB do México cresceu quatro vezes mais rapidamente do que suas emissões de CO₂. O PIB da China cresceu duas vezes e meia mais rapidamente. Isto sugere que a redução da intensidade de carbono do crescimento econômico é possível entre os diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

Em segundo lugar, é preciso agir muito mais. As emissões globais de CO₂ devem cair pelo menos 90 por cento até 2050 para evitarmos uma mudança climática perigosa. Os países possuem responsabilidades variadas para fazer isto acontecer, incluindo aqueles de dentro do G20. Como definido em acordo da UNFCCC, todos os países devem agir para evitar uma mudança climática perigosa com base em suas responsabilidades “comuns mas diferenciadas e respectiva capacidade” sob a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança Climática.

Países industrializados (incluindo os membros do G20 Austrália, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Federação Russa, Reino Unido, EUA e outros estados membros da UE) devem reduzir suas emissões de forma mais rápida e mais profunda. Isto devido ao seu papel na emissão da maior parte da concentração de CO₂ na atmosfera

durante o século passado.

Coletivamente, estes países precisam reduzir suas emissões de CO₂ em 40 por cento abaixo dos níveis de 1990 até o ano 2020 para estarem a caminho de evitarmos uma grave mudança climática. Em outras palavras, eles devem urgentemente liderar a busca por uma desvinculação absoluta do crescimento econômico das emissões de CO₂.

O desempenho de países industrializados do G20 está dividido. Cinco não conseguiram reduzir seus níveis de emissões de CO₂ durante todo o período: Austrália, Canadá, Itália, Japão e EUA tiveram crescimento em suas emissões de CO₂ da produção em termos absolutos. Este crescimento variou de nove por cento na Itália até 27 por cento na Austrália.

Por sua vez, a Rússia viu suas emissões caírem significativamente, mas isto se deveu principalmente ao declínio industrial e crescimento econômico estagnado durante o período. Três países, Alemanha, França e Reino Unido, alcançaram desvinculação absoluta. O PIB da Alemanha, por exemplo, cresceu 31 por cento enquanto suas emissões baseadas na produção caíram em 20 por cento.

Esta evidência da desvinculação absoluta oferece esperança de que uma era de crescimento econômico sustentável é tecnicamente possível. Mas existem quatro advertências importantes:

- *Desvinculação absoluta, sim – mas não rápida o suficiente.* A Alemanha, França e Reino Unido podem ter desvinculado absolutamente o crescimento econômico da produção de emissões de CO₂ durante o período. Porém, suas emissões devem cair mais rapidamente para que consigam realizar a redução coletiva nas emissões dos países desenvolvidos para 40 por cento abaixo dos níveis de 1990 até o ano 2020. Além disto, todos os países industrializados devem alcançar esta escala de progresso.
- *Da produção ao consumo: o histórico das emissões comercializadas.* A contagem de carbono nacional tipicamente focaliza as emissões baseadas na produção, mas o impacto dos padrões de consumo de uma nação também deve ser levado em conta. Isto inclui emissões de carbono que estão embutidas nas importações e exportações, tais como aço, cimento, carros e bens eletrônicos. Globalmente, as emissões de carbono incorporadas nos fluxos comerciais cresceram em 80 por cento desde 1990, sendo responsáveis por mais de um quarto do total global até 2008.
- Países desenvolvidos enquanto grupo são importadores líquidos de carbono. Suas emissões coletivas de produção caíram em quase dois por cento entre 1990–2008 mas, quando as importações de carbono são levadas em conta, a mudança que ocorre realmente é um aumento nas emissões de carbono de sete por cento.⁶⁶ Portanto, embora a Alemanha e a França tenham reduzido suas emissões de consumo em paridade com as suas emissões de produção, o histórico do Reino Unido foi o oposto. Enquanto as emissões de produção caíram quatro por cento, as emissões de consumo

aumentaram 14 por cento.

- *A sustentabilidade ambiental é mais ampla do que os cortes das emissões de CO₂. Reduzir as emissões globais de CO₂ é uma prioridade urgente para se evitar uma grave mudança climática. Mas este é apenas um aspecto da sustentabilidade ambiental e, portanto, do crescimento econômico sustentável. Outras preocupações ambientais, como o impacto do crescimento econômico na biodiversidade e uso sustentável da água também precisam ser levadas em conta.*

Existe motivo para otimismo, mas é preciso haver muito mais avanço. A vasta maioria dos países desenvolvidos do G20 não tem mostrado que pode tornar o crescimento econômico ambientalmente sustentável.

A maioria dos países mal começou a colocar em vigor a escala de investimentos, regulações e incentivos requeridos para promover a desvinculação absoluta de maneira rápida o suficiente. Mesmo aqueles países que têm coordenado a transição não estão fazendo o suficiente.

Os países em desenvolvimento, como um todo (liderados por muitos membros do G20), têm prometido sob a UNFCCC retirar mais toneladas de CO₂ da atmosfera global em relação aos níveis projetados do que os países desenvolvidos.⁶⁷

Os países membros do G20 devem agir de forma muito mais decidida para fazer com que seu uso de recursos naturais volte a ficar dentro dos limites daquilo que este planeta é capaz de fornecer. Os países desenvolvidos devem liderar a demonstração de que o crescimento econômico ambientalmente sustentável é possível.

Todos os membros do G20 devem usar sua influência para garantir que a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro em 2012 seja um ponto de virada em direção ao uso sustentável e internacionalmente equitativo dos recursos.

O que significaria crescimento compartilhado?

Combater a desigualdade é algo absolutamente crucial para se reduzir a pobreza. Porém, como este relatório demonstra, a desigualdade de renda está crescendo em vários países do G20. Esta seção mostra justamente o quão significativo isto é para as mulheres e homens que buscarão escapar da pobreza durante a próxima década.

Vários economistas têm desenvolvido modelos estatísticos das ligações entre crescimento econômico, desigualdade de renda e redução da pobreza, que podem ser utilizados para ilustrar o impacto provável da desigualdade sobre níveis de pobreza futuros.

Um destes modelos foi desenvolvido por Augustin Fosu, do Instituto de Pesquisa sobre Economia do Desenvolvimento da Universidade da ONU⁶⁸, tendo como base o trabalho do ex-economista chefe do Banco Mundial, Francois Bourguignon.⁶⁹ Temos utilizado este modelo para calcular como diferentes níveis de desigualdade afetarão as pessoas que estarão vivendo na pobreza em países selecionados do G20 durante a próxima década. Para saber mais sobre o modelo e cálculos, veja o anexo.

Quando testado em relação a dados históricos para nossos países selecionados, o modelo mostra-se surpreendentemente preciso ao prever desempenho em taxas de pobreza absoluta (isto é, pessoas vivendo com menos de \$1.25 por dia).⁷⁰ Isto nos dá confiança para usar o modelo (juntamente com as projeções do FMI de crescimento econômico e tendências populacionais) para ilustrar como a desigualdade poderia afetar níveis de pobreza futuros.⁷¹

Os resultados são dramáticos nos três países que foram estudo de caso: Brasil, México e África do Sul. No Brasil e no México, reduções na desigualdade (juntamente com as taxas de crescimento previstas) poderiam fazer com que a pobreza de renda absoluta fosse virtualmente eliminada. Embora isto ainda poderia deixar muitas pessoas vivendo abaixo das linhas de pobreza nacionais – que são medidas mais sensíveis do bem-estar em contextos diferentes – este seria um passo à frente extremamente importante. Porém, se permitirem que a desigualdade volte novamente, o modelo prevê que as reduções na pobreza extrema seriam mínimas ou até mesmo inexistentes. Em nossos cenários, um crescimento econômico sólido na África do Sul não impedirá que o número de pessoas vivendo na pobreza *auumente* até 2020, a menos que a desigualdade volte a ser mantida sob controle.

Além disto, é provável que a superação da desigualdade reforce o crescimento econômico. Mas para os propósitos destes estudos de caso, não presumimos nenhum impacto em cadeia. Apenas visamos ilustrar como a distribuição de renda tornando-se mais (ou menos) igualitária provavelmente terá impacto na pobreza, dadas as taxas de crescimento projetadas atualmente.

Brasil

A redução da pobreza no Brasil depende enormemente do combate à desigualdade, mas aqui o progresso anterior nos dois casos é um bom sinal para o futuro.

Entre 1999 e 2009, quase 12 milhões de pessoas escaparam da pobreza absoluta (renda de menos de \$1.25 por dia), reduzindo o percentual de brasileiros vivendo na pobreza de 11.2 por cento para 3.8 por cento.⁷² Durante o mesmo período, a desigualdade de renda caiu significativamente. Como medido pelo coeficiente de gini, a desigualdade teve uma queda de mais de quatro pontos percentuais, de 0.52 para cerca de 0.47.⁷³

Embora o nível inicial de desigualdade fosse muito alto, foi esta redução da desigualdade que tornou possível uma redução da pobreza tão extensiva em um período em que o crescimento real do PIB anual per capita foi de apenas cerca de dois por cento ao ano.

Dando prosseguimento, o FMI projeta que o PIB do Brasil crescerá bem mais rapidamente: 3.8 por cento em 2011, 3.6 por cento em 2012 e mais de 4 por cento nos anos posteriores. Se o Brasil continuar a crescer aproximadamente a esta taxa até 2020 e mantiver as tendências atuais de crescimento populacional e redução da desigualdade, nosso modelo indica que o número de pessoas vivendo na pobreza cairá em quase dois-terços entre 2010 e 2020, uma redução de mais de cinco milhões de pessoas.

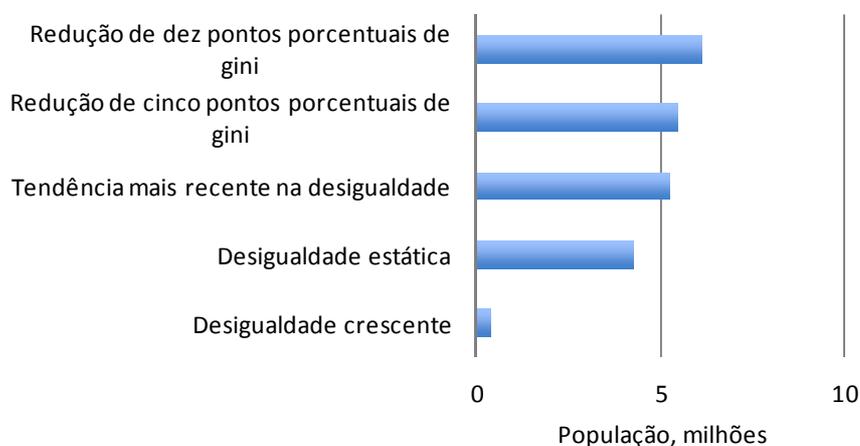
Porém, se permitirem que a desigualdade aumente, poderá haver pouca ou nenhuma redução no número de pessoas que vivem na pobreza. Se a desigualdade crescer à taxa observada na Indonésia, por exemplo, menos de meio milhão de mulheres e homens escapariam da pobreza até 2020, apesar do sólido crescimento econômico.

A obtenção de uma redução de 10 pontos percentuais no coeficiente de gini brasileiro da desigualdade durante a próxima década (levando-o a um nível de desigualdade ainda acima da média atual para países do G20) poderia reduzir o número de pessoas que estão vivendo em pobreza absoluta em mais de 90 por cento. Em comparação com a situação em que a desigualdade permanece inalterada, haveria um acréscimo de quase dois milhões de pessoas saindo da pobreza.

O desempenho anterior do Brasil mostra como um país com alta desigualdade e comparativamente baixo crescimento pode reduzir a pobreza de maneira substancial ao tratar da desigualdade. Indo além, nosso modelo indica que se os formuladores de políticas puderem intensificar seu enfoque na desigualdade enquanto o crescimento

acelera – isto é, na promoção de um crescimento verdadeiramente inclusivo – eles poderiam virtualmente erradicar a pobreza absoluta.

Figura 10: Impacto em potencial de mudanças na desigualdade em número de pessoas escapando da pobreza no Brasil, 2010-2020



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam com base no modelo desenvolvido por Augustin Fosu, utilizando dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (<http://data.worldbank.org>), do banco de dados "World Economic Outlook" do FMI e do Banco de Dados "Standardized World Income Inequality" de Solt. Veja em anexo mais detalhes. ("Desigualdade Crescente" refere-se à desigualdade crescendo à taxa anual observada na Indonésia, 1999-2009)

México

O México, assim como o Brasil, tem promovido reduções significativas da pobreza nos últimos anos (em parte, isto se deve ao resultado do crescimento de remessas do exterior). De acordo com o banco de dados de Solt, seu coeficiente de gini também teve uma queda, embora não tão grande quanto no Brasil. A política pública também não tem sido tão focada na desigualdade quanto a do Brasil. O avanço futuro contra a pobreza depende enormemente do aumento do enfoque na desigualdade.

De 1998 a 2008, o número de Mexicanos vivendo com menos de \$1.25 por dia teve uma queda de cerca de sete milhões,⁷⁴ mesmo tendo o crescimento do PIB per capita ficado abaixo de dois por cento.⁷⁵ A proporção de mexicanos vivendo em pobreza absoluta caiu de 11.2 por cento para 3.4 por cento,⁷⁶ enquanto o coeficiente de gini da desigualdade caiu de 0.49 para 0.47.⁷⁷

Esta é uma redução na desigualdade menos expressiva do que no Brasil. Porém, o nível inicial mais baixo de desigualdade do México, pelo menos em comparação com o nível extremamente alto do Brasil, ajudou na redução da pobreza.

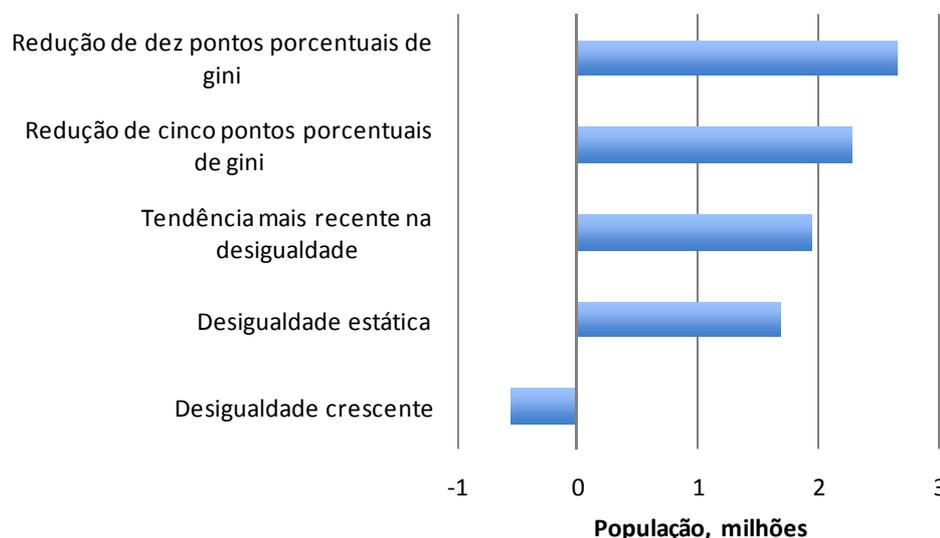
Durante os próximos seis anos, as projeções de crescimento do FMI traduzem uma taxa de crescimento do PIB per capita de um pouco abaixo de três por cento.⁷⁸ Combinado com as tendências atuais na desigualdade, isto resultaria em uma queda de quase dois milhões de pessoas vivendo em pobreza absoluta, isto é, dois-terços do total atual.

Contudo, uma reversão nas tendências atuais da desigualdade poderia fazer com que os níveis de pobreza permanecessem constantes ao longo dos próximos 10 anos. Nosso modelo prevê que se a desigualdade aumentasse tão rapidamente quanto na Indonésia, o número de mexicanos vivendo na pobreza aumentaria.

Se o México, porém, pudesse acelerar a melhoria recente em sua distribuição de renda, os níveis de pobreza cairiam significativamente. Nossos cálculos indicam que uma redução no coeficiente de gini em cinco pontos até 2020 poderia reduzir a pobreza em mais de 77 por cento. Uma redução no coeficiente de gini em 10 pontos até 2020 reduziria a pobreza em mais de 90 por cento, deixando menos de 300.000 mexicanos em pobreza absoluta.

Assim como no Brasil, quanto mais seriamente o México quiser reduzir a pobreza, mais ele deve concentrar-se na redução da desigualdade.

Figura 11: Impacto em potencial de mudanças na desigualdade em número de pessoas escapando da pobreza no México, 2010-2020



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam com base no modelo desenvolvido por Augustin Fosu, utilizando dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (<http://data.worldbank.org>), do banco de dados "World Economic Outlook" do FMI e do Banco de Dados "Standardized World Income Inequality" de Solt. Veja o anexo para obter mais detalhes. ("Desigualdade crescente" refere-se à desigualdade crescendo à taxa anual observada na Indonésia, 1999-2009)

África do Sul

As projeções para a África do Sul demonstram o quão equivocada pode ser uma estratégia de redução da pobreza concentrada apenas no crescimento econômico. A África do Sul já possui o maior nível de desigualdade de renda do G20 e isto está ficando ainda pior (o último dado é de 2005). Se isto continuar até 2020, nossos cálculos prevêm que mesmo um sólido crescimento não impedirá um aumento no número de sul-africanos vivendo em pobreza extrema.

Entre 1995 e 2006, a proporção da população vivendo na pobreza absoluta caiu de 21,4 por cento para 17,4 por cento.⁷⁹ Porém, aumentos

na população durante o mesmo período fez com que o número total de sul-africanos vivendo com menos de \$1.25 fosse reduzido em apenas 102.000. O crescimento real no PIB per capita, um pouco menos de dois por cento, foi comparável a do México durante este período.

A diferença-chave foi a desigualdade extremamente alta e crescente da África do Sul. Dando prosseguimento, a desigualdade na África do Sul é tão alta que nosso modelo prevê que, mesmo que ela permaneça estática e seja acompanhada por um forte crescimento no PIB de cerca de 3.7 por cento, o número de pessoas vivendo em pobreza absoluta na África do Sul provavelmente aumentará⁸⁰ (A taxa de pobreza cairia, mas não o suficiente para contrabalançar o impacto de uma população que cresce rapidamente e, assim, o número absoluto de pessoas vivendo na pobreza ainda aumentaria).

Mesmo assumindo o pressuposto muito conservador de que a desigualdade tenha permanecido estática desde 2005 e continuará neste nível, o modelo sugere que apenas 200.000 sul-africanos escaparão da pobreza absoluta até 2020, deixando quase oito milhões de pessoas vivendo com menos de \$1.25 por dia.

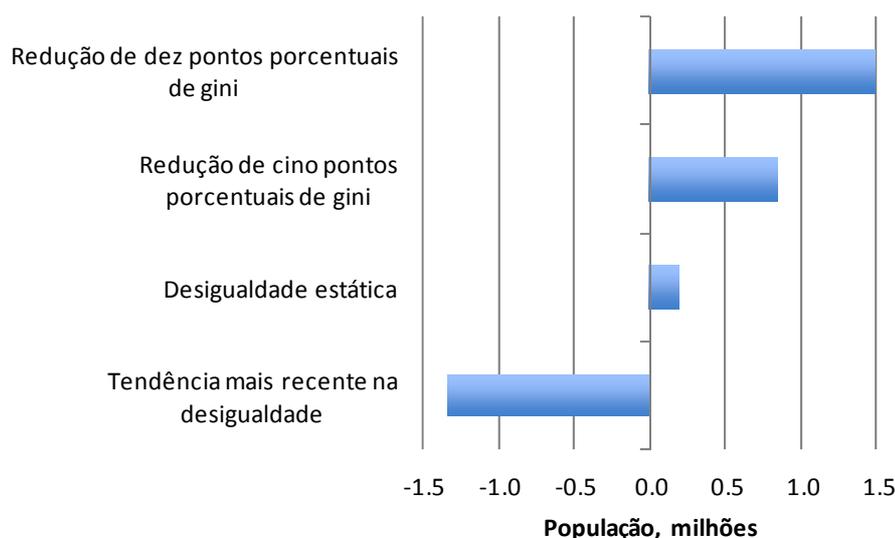
Se, por outro lado, assumirmos como pressuposto que a desigualdade cresceu de 1995 a 2010 à mesma taxa que ela cresceu de 1995 a 2005 e que isto continua até 2020, o número de sul-africanos vivendo com menos de \$1.25 por dia aumentaria em 1.9 milhão para cerca de 10 milhões de 2010 a 2020.

Estes cenários resultariam na África do Sul tendo entre 14 e 18 por cento de sua população vivendo em absoluta pobreza, uma taxa comparável a do Quênia.

A África do Sul deve agir para que a desigualdade fique sob controle para evitar que a pobreza aumente. O modelo sugere que se a África do Sul tivesse a mesma taxa de redução da desigualdade ocorrida no Brasil de 1999 a 2009 (e supondo que a desigualdade permanecesse estática entre 2005 e 2010), a taxa de pobreza absoluta cairia em mais de três pontos percentuais, ou mais de um milhão de pessoas, até 2020. A redução no coeficiente de gini em 10 por cento até 2020 – que, nesta situação em que o país se encontra, ainda manteria a África do Sul na posição de sociedade mais desigual do G20 – poderia tirar 1.5 milhão de pessoas da pobreza.

Se a África do Sul não dar um grande destaque à questão da desigualdade nas políticas públicas, as consequências poderiam ser graves para o país.

Figura 12: Impacto em potencial de mudanças na desigualdade sobre o número de pessoas escapando da pobreza na África do Sul, 2010-2020



Nota: O gráfico está baseado em um cenário conservador de desigualdade de renda inalterada entre 2005 (último ano para o qual há dados disponíveis) e 2010).

Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam com base no modelo desenvolvido por Augustin Fosu, utilizando dados dos Indicadores Mundiais de Desenvolvimento do Banco Mundial (<http://data.worldbank.org>), do banco de dados "World Economic Outlook" do FMI e do Banco de Dados "Solt Standardized World Income Inequality" de Solt. Veja o anexo para obter mais detalhes.

Quadro 5: Crescimento sem redução da pobreza na Índia

Focalizar o coeficiente de gini da desigualdade de renda é uma simplificação significativa. Embora modelos baseados nele funcionem bem para vários países, perde-se aspectos cruciais da desigualdade, como a posição das mulheres na sociedade. O passado recente da Índia potencialmente mostra o quão significativo isto pode ser.

De 1994 a 2005, o PIB per capita da Índia cresceu a uma taxa anual média extremamente notável de quase cinco por cento. A desigualdade, embora crescendo, permaneceu abaixo de 0.35 como medido pelo coeficiente de gini.⁸¹

Porém, a taxa de pobreza caiu menos de oito pontos percentuais – bem menos do que a maioria dos modelos preveriam. Como resultado do crescimento populacional da Índia, no final deste período, um acréscimo de 3.4 milhões de mulheres, homens e crianças indianos estavam vivendo com menos de \$1.25 por dia, mesmo com o boom na economia do país como um todo.

A Índia ficou bem aquém das expectativas e há três possíveis causas. Ou: as rendas são, na verdade, mais desiguais do que as estatísticas sugerem, ou a desigualdade de renda perde uma grande parte da história da Índia ou algo além da desigualdade está inibindo a redução da pobreza.

A segunda delas é certamente verdadeira. Por exemplo: a entrada de mulheres na força de trabalho é muito abaixo do que seria esperado tendo em vista o aumento da educação das meninas e rendas médias. A participação feminina na força de trabalho em 2008 foi menor do que em 1983.⁸² Além disto, o Banco Mundial observa que, apesar de altos níveis de crescimento, a Índia continua a vivenciar níveis muito altos de mortalidade materna.⁸³

A Índia então está perdendo a oportunidade de reduzir a pobreza que,

conforme sólida pesquisa acadêmica tem mostrado, geralmente acompanha a melhoria na educação de mulheres e sua entrada na força de trabalho.⁸⁴

Martin Ravallion, Diretor do Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial faz uma observação semelhante. Ele sugere que aspectos da desigualdade que são particularmente predominantes na Índia, tais como a desigualdade na propriedade de terra e desigualdade de gênero, não são capturados pelo coeficiente de gini. Ele também sugere que há razões para se acreditar que os dados sobre renda na Índia não são particularmente confiáveis. Como ele diz, a “Índia pode não ser um país de baixa desigualdade afinal de contas.”⁸⁵

Consequentemente, apesar de níveis de desigualdade de renda aparentemente baixos, a Índia não pode confiar apenas no crescimento econômico para encontrar um caminho para sair da pobreza para os quase meio bilhão de indianos que vivem com menos de \$1.25 por dia. Em vez disto, a Índia precisa abordar os fatores em particular que estão atualmente negando a várias mulheres, homens e crianças indianos a chance de usufruir de seus direitos e escapar da pobreza.

Fonte: Oxfam e fontes citadas

O caminho a seguir

Em direção a um crescimento inclusivo

Todas as evidências sugerem que os formuladores de políticas devem devotar mais atenção à desigualdade. Ela tem sido associada a um amplo conjunto de males sociais, incluindo crime e falta de confiança, e sua redução oferece um triplo dividendo: ela pode reduzir diretamente a pobreza, aumentar a capacidade de um crescimento futuro reduzir a pobreza e melhorar as perspectivas do próprio crescimento.

A análise neste documento mostra que, sem atenção à desigualdade, o forte crescimento da África do Sul não será suficiente para evitar que a pobreza aumente significativamente durante a próxima década. Semelhantemente, no México e no Brasil, se a desigualdade voltar a crescer, mesmo um forte crescimento não reduzirá a pobreza significativamente (se é que reduzirá) durante os próximos 10 anos.

Em todos os três países que foram estudo de caso, a combinação de crescimento com uma maior igualdade permitirá que milhões de pessoas saiam da pobreza até 2020. Estes resultados não estão limitados aos países que foram estudo de caso. Eles servem como exemplo do quão fortemente a desigualdade influencia a relação crescimento - pobreza.

Apesar disto, a maioria dos países do G20 está seguindo a direção errada. Tem sido vergonhoso para eles as significativas reduções na desigualdade que têm ocorrido em vários países de baixa renda e de renda média-baixa durante os últimos 15 anos.

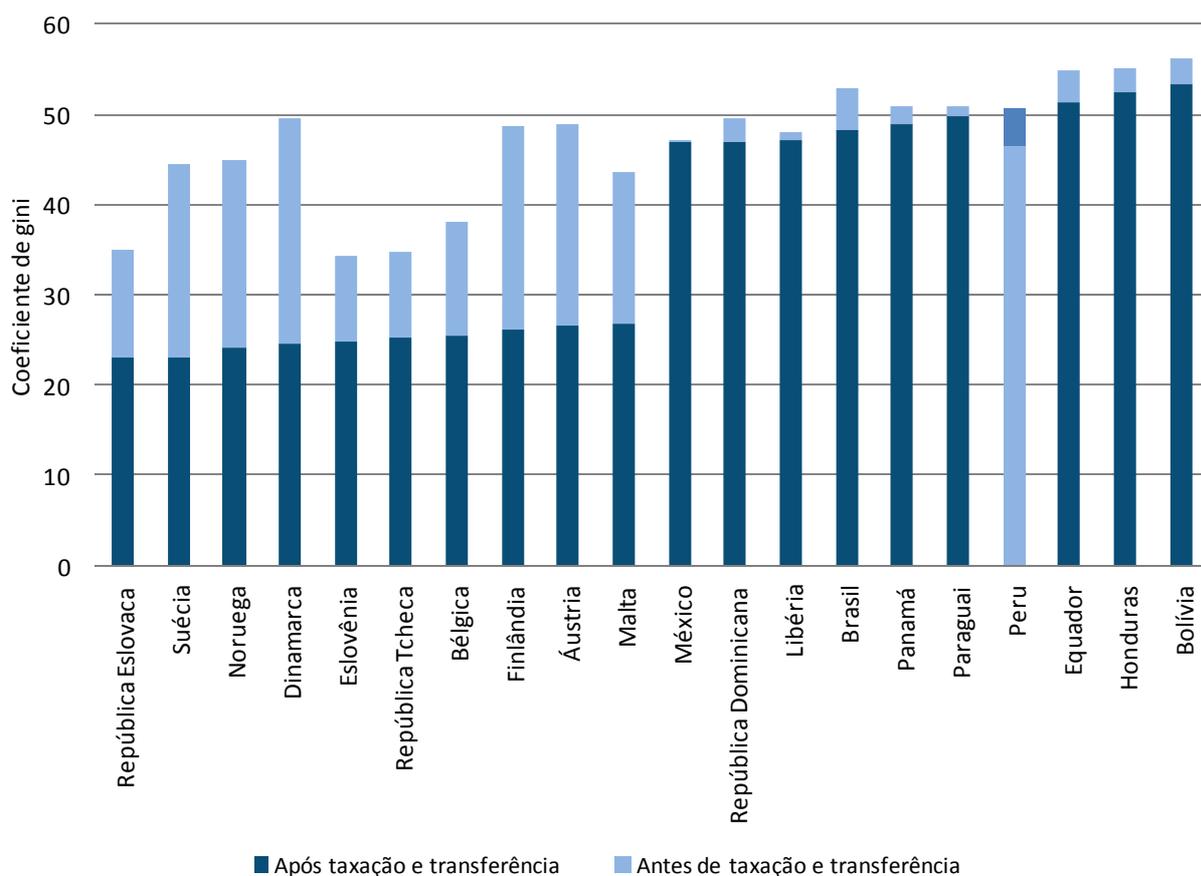
A experiência do Brasil, Coreia e vários países de baixa e de média-baixa renda mostra que a redução da desigualdade está ao alcance dos formuladores de políticas do G20. Não há falta de instrumentos de políticas em potencial. Em vez disto, o que talvez haja é uma falta de vontade política.

Existem alguns indicativos de que esta situação talvez esteja para mudar. O Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, recentemente admitiu que “um rápido crescimento terá pouco significado, porém, se as desigualdades sociais e econômicas, que ainda afligem nossa sociedade, não forem eliminadas de maneira rápida e efetiva.”⁸⁶ O Premier chinês Hu Jintao também sugeriu que “a China é uma forte apoiadora e seguidora do crescimento inclusivo.”⁸⁷

Estas palavras precisam ser correspondidas por programas de políticas abrangentes em todos os países do G20. A mescla exata das políticas deve ser adaptada ao contexto nacional, mas pesquisa anterior da Oxfam⁸⁸ – que será explorada em mais profundidade em documentos futuros – sugere políticas que têm sido bem-sucedidas em vários países em desenvolvimento:

- *Políticas redistributivas, incluindo transferências de dinheiro.* A CEPAL sugere que os programas de transferência de dinheiro na América Latina tipicamente possuem três objetivos: “reduzir a pobreza através de transferências de renda diretas, fornecer incentivos para investimento em capacitação humana e trazer a população alvejada para as redes de proteção social e de promoção.”⁸⁹
- *Investimentos em acesso universal a educação e serviço de saúde.* O acesso a educação e serviço de saúde não é apenas um direito básico; ele também oferece uma maior igualdade de oportunidade – reduzindo assim outras desigualdades – e ajuda a promover o crescimento econômico.⁹⁰ Serviços que dependem do desembolso de pagamentos altos ou sistemas que dependem da provisão privada, que frequentemente não alcança as pessoas pobres, agravam em vez de reduzir a desigualdade.⁹¹
- *Taxação progressiva.* Como a Figura 13 mostra, com base na renda bruta, Dinamarca, Finlândia e Áustria e, em menor extensão, Suécia e Noruega, têm níveis semelhantes de desigualdade aos dos países mais desiguais do mundo. Mas a taxa progressiva e despesas fazem com que eles estejam entre os países mais igualitários do mundo após taxa e transferência. Na outra ponta do espectro, o Peru não é apenas um dos países mais desiguais do mundo, mas também aquele em que as taxas e transferências são regressivas a ponto de aumentarem a desigualdade.
- *Superar as desigualdades que excluem mulheres e meninas de participarem do crescimento econômico.* Isto inclui reforma de legislação e instituições discriminatórias, ação voltada para atender as necessidades de saúde e educacionais das mulheres e a remoção de barreiras para a participação das mulheres em empregos de qualidade. As mulheres devem ter voz nos parlamentos, na sociedade em geral e em casa. Não se pode permitir que normas sociais predominantes que limitam seu acesso a bens, renda e tomadas de decisões persistam.
- *Fortalecer o acesso a terra e a outros recursos naturais, modificando a propriedade de terra e investindo em pequenos produtores de alimentos.* No Vietnã, por exemplo, a reforma da terra foi crucial para reduzir a desigualdade e estimular o crescimento nos anos 1990. O governo promoveu reformas em série para dar início ao crescimento no campo onde havia mais pobreza.⁹²

Figura 13: Efeito da taxaço e transferências sobre o coeficiente de gini, 2007-08



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos de F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0. Nota: O Peru torna-se mais desigual APÓS taxaço e transferência.

Existem muitos instrumentos de políticas disponíveis para os formuladores de políticas (e eles serão integralmente documentados em textos futuros da Oxfam). O que é preciso haver é a vontade política para engajá-los.

Em direção a um crescimento sustentável

Redistribuir os benefícios amplamente desiguais do crescimento econômico não será por si só suficiente para assegurar um futuro próspero para todos. A atividade econômica está atualmente devastando os recursos naturais da terra, inclusive a capacidade de absorver lixos como gases de efeito estufa, e isto também tem de ser abordado.

Os custos são suportados de maneira desproporcional por mulheres e homens pobres. Os pobres tendem a ser os mais dependentes de recursos naturais para obter seus meios de subsistência. Eles também estão sob um risco maior de perder o controle sobre seus recursos e tipicamente são mais expostos aos impactos da mudança climática.

A sustentabilidade ambiental do crescimento deve ser abordada, e tratada de forma que proteja os direitos e interesses dos mais vulneráveis. A preocupação mais imediata é com a mudança climática.

Apenas quatro países do G20 reduziram suas emissões de carbono durante o período examinado.

Países desenvolvidos devem assumir a liderança para desvincular absolutamente o crescimento de seu PIB do uso de recursos naturais. Isto exige mudanças nos modelos de produção em setores-chave como energia, transporte, construção, manufatura e agricultura. Isto também significa transformar os modelos nacionais de consumo, incluindo o consumo de alimentos, bens de consumo, energia e transporte.

Todos os países devem monitorar e começar a incorporar nas decisões econômicas o impacto sobre os recursos de seus padrões de produção e consumo entre uma série ampla de recursos naturais. É preciso haver internacionalmente muito mais investimento em dados e em sua análise. Isto ajudará a determinar se e como o crescimento econômico pode tornar-se ambientalmente sustentável.

Em todos os países, estas reformas devem ser criadas e garantidas por políticas que protejam os mais vulneráveis dos impactos da transição.

O conjunto exato de políticas deve ser adaptado a cada contexto nacional, mas com base nas experiências recentes de países do G20, elas podem incluir:

- *Investimento em bens públicos, tais como pesquisa e desenvolvimento em energia limpa.* Impulsionada por um enorme investimento do governo chinês, juntamente com uma série de outras políticas de apoio, a China tem se tornado a maior investidora em projetos de energia renovável no mundo todo, liderando o caminho pois os países em desenvolvimento ultrapassaram os países desenvolvidos em termos de novos investimentos em energia renovável⁹³.
- *Isenções fiscais, subsídios e outros incentivos para guiar os investimentos privados para onde eles são necessários.* Após considerável sucesso na Alemanha⁹⁴, alguns países, inclusive as Filipinas, estão explorando como as tarifas de alimentação (feed-in tariffs) para energia renovável podem ser utilizadas para expandir a absorção de energia renovável ao fornecer certeza de preço para os investidores e acelerar as reduções de custo em tecnologia de energia renovável.
- *Taxação daquilo que é indesejável, tais como as emissões de gases de efeito estufa, para orientar a atividade econômica em direção a alternativas mais sustentáveis.* As políticas na UE e Austrália e em discussão na África do Sul mostram que, aplicar um preço de carbono a setores econômicos poluidores pode reduzir as emissões de carbono e também gerar novas rendas significativas, que podem ser investidas em bens públicos ou proteger os mais vulneráveis da transição ao crescimento sustentável, como por exemplo, expandindo os gastos em proteção social.
- *Regulação para impedir que empresas poluam ou incentivá-las a*

fornecer bens e serviços que do contrário elas não forneceriam.

Embora muito frequentemente os governos têm recuado de regular grandes negócios, tendendo em vez disto a fazer doações a grupos de interesse bem-organizados⁹⁵, a experiência do Brasil de reduzir as taxas de desmatamento aos seus níveis mais baixos através da observância efetiva de leis anti-exploração ambiental mostra o que é possível⁹⁶.

Além disto, os países do G20 como um todo devem mostrar uma liderança muito maior nas discussões sobre clima da UNFCCC. Em particular, eles devem:

- Garantir que os países desenvolvidos cumpram, como primeiro passo, com todas as suas atuais promessas de mitigação para 2020, e dêem garantias que as finanças para mitigação no longo prazo serão mobilizadas para ajudar os países em desenvolvimento a implementar seus compromissos mais ambiciosos;
- Chegar a um consenso sobre as divisões justas dos cortes de emissões globais necessários para evitar um aquecimento global superior a 1.5°C.
- Negociar um acordo sobre novas e confiáveis fontes de longo prazo de finanças climáticas, particularmente a cobrança de um preço justo sobre a emissão de carbono do transporte marítimo internacional, com um mecanismo de compensação para países em desenvolvimento e taxas sobre transações financeiras em países desenvolvidos;

O G20 e o mundo como um todo enfrentam dois desafios básicos: equidade e sustentabilidade. Evidências mostram que sem ação nestas duas áreas, os benefícios da expansão econômica futura serão inacessíveis aos pobres, mesmo quando são eles que arcam com os custos desta expansão através dos impactos da mudança climática e da degradação ambiental. O G20 tem a oportunidade de estabelecer-se enquanto grupo de países que dá o exemplo. Abordar estes dois desafios deve ser seu ponto de partida.

Anexo

Metodologia para projeções

Para calcular o impacto em potencial dos níveis variáveis da desigualdade, utilizamos um modelo desenvolvido por Augustin Fosu, da Universidade da ONU - Instituto de Pesquisa sobre Economia do Desenvolvimento Mundial,⁹⁷ que se baseia em modelos e análise empírica de outros economistas, incluindo Martin Ravallion, William Easterly e particularmente François Bourguignon.

O modelo

O modelo é expresso na equação a seguir (equação 6 no texto de Fosu, e baseado no “Modelo Aperfeiçoado 1” em um texto anterior de François Bourguignon⁹⁸):

$$p = d_1 + d_2y + d_3g + d_4y(Z/Y) + d_5yG^I$$

onde:

p é a taxa de crescimento do nível de pobreza, P (medido de várias formas)

Z é o nível de pobreza

Y é o nível de renda média

y é a taxa de crescimento da renda média

G^I é o nível inicial da desigualdade, medido como coeficiente de gini da renda

g é a taxa de crescimento da desigualdade, medida como coeficiente de gini da renda

$d_1\dots d_4$ são os coeficientes indicando o impacto de cada fator.

Fosu, então, estima o valor de cada um dos coeficientes, para este e outros dois modelos ligeiramente diferentes, calculando coeficientes separadamente para países da região africana Subsaariana (SSA) e da região africana que não faz parte da região Subsaariana. Ele utiliza dados derivados de uma amostra global do Banco Mundial, fornecendo 353 observações de painel não balanceado durante 1977–2004: 51 observações de 24 países da SSA, e 302 observações de 61 países de fora da SSA. (Nota: A representação do país difere substancialmente.)

Para este modelo, e quando está interpretando P como uma relação per capita de pobreza (isto é, a proporção da população abaixo da linha da pobreza) em vez de uma medida da profundidade da pobreza, as regressões de Fosu produziram estimativas para cada um dos coeficientes que são significativos pelo menos no nível 0.05, e na maioria dos casos no nível 0.01, com exceção do intercepto (d_1). Os valores são mostrados na tabela a seguir:

	d_2	d_3	d_4	d_5
De fora da SSA	-8.802	5.428	4.083	11.414
SSA	-3.331	1.105	0.579	4.008

O sinal destes coeficientes indica a direção de seu impacto: taxas mais altas de crescimento econômico contribuem para uma taxa de redução da pobreza mais rápida (d_2), mas um nível baixo de desenvolvimento (d_3 , como representado por uma elevada razão entre linha de pobreza e renda média) e, particularmente, altas taxas de desigualdade inicial (d_5) mitigam este efeito. Ao mesmo tempo, uma taxa mais alta de crescimento da desigualdade (d_4) contribui para uma taxa mais baixa de redução da pobreza.

Os cálculos de Fosu também indicam que estes efeitos, embora tenham a mesma direção em todos os casos, são significativamente menores em escala em países da SSA do que em países de fora da SSA.

Nota: Escolhemos este modelo em vez da alternativa de Fosu (sua equação 5) porque para a pobreza per capita, este modelo produziu resultados mais significativos para os cálculos dos coeficientes (de acordo com os próprios cálculos de Fosu) e também porque quando testamos ambos os modelos em relação a dados anteriores (veja abaixo), este modelo enquadrou-se melhor.

Aplicando o modelo para fins de projeções

Aplicamos este modelo e estes coeficientes em quatro países que foram estudo de caso: Brasil, Indonésia (não incluída no texto final por razões de espaço, embora alguns dados sejam utilizados para fins comparativos), México e África do Sul. Tendo em vista que a intercepto nos cálculos de Fosu não se mostrou estatisticamente significativa e não produziu em nosso teste (veja abaixo) melhores resultados, nós a excluímos e utilizamos os quatro outros termos do modelo. Em cada caso, nós primeiramente testamos o modelo em relação a dados anteriores, para avaliarmos o quão bem ele previu taxas de crescimento atuais na taxa de pobreza, medidas como a taxa composta de crescimento anual durante a década mais recente para a qual todos os dados relevantes estão disponíveis. Dadas as limitações de dados, utilizamos uma *proxy* para a renda média e crescimento de renda (veja abaixo).

Contudo, as previsões produzidas pelo modelo foram muito próximas do desempenho real. Para o Brasil, a taxa de mudança prevista foi de -10.3% de 1999 a 2009, em comparação com a mudança real de -10.2%. Para a Indonésia, a previsão foi de -7.9%, comparada com uma taxa real de -8.9%. Para o México, a previsão foi de -8.1%, comparada com uma taxa real de -11.1%, e para a África do Sul a previsão foi de não haver mudança (0.0%) comparada com a taxa real de -1.2%. (Para a África do Sul, testamos o modelo da região SSA e de fora da região SSA – tendo em vista que a África do Sul é um país incomum na SSA – mas o modelo da SSA enquadrou-se melhor.)

Aplicamos, então, o modelo para projeções futuras, utilizando 2010 como ano-base, e novamente projetando durante uma década. Novamente utilizando o PIB como uma proxy para a renda inicial e crescimento da renda e utilizando dados disponíveis sobre taxas de desigualdade e pobreza e projeções disponíveis para PIB e crescimento populacional, fomos capazes de modelar o impacto potencial de diferentes cenários de desigualdade sobre taxas e números de pessoas vivendo na pobreza em 2020.

Dados e fontes para as projeções

- **Taxa de pobreza, P:** a taxa de pobreza é a proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza absoluta, para a qual utilizamos \$1.25 por dia per capita em termos de paridade do poder de compra de 2005. A fonte de dados sobre a taxa de pobreza foi o banco de dados “World Development Indicators” do Banco Mundial (em data.worldbank.org). A taxa de crescimento da taxa de pobreza (p) foi calculada como uma taxa composta de crescimento anual. Os números de pessoas que vivem na pobreza foram calculados utilizando-se taxas de pobreza e níveis populacionais.
- **Renda média, Y:** não conseguimos encontrar dados sólidos e comparáveis para renda média entre diferentes países, ou qualquer dado para projeções futuras do crescimento da renda média. Contudo, muitos economistas trabalhando com a questão da desigualdade argumentam, mesmo assim, que os dados de renda de pesquisas com famílias, embora possam ser úteis para determinar a distribuição de renda, não são sólidos para níveis de renda média além de frequentemente estarem indisponíveis e, em vez disso, consideram o PIB per capita uma *proxy* confiável. (Veja, por exemplo, Bourguignon e Morrisson (2002)⁹⁹.) Além disso, nosso teste do poder de previsão do passado do modelo utilizando estes dados foi significativo o suficiente para justificar esta *proxy*. O PIB per capita anterior, em termos de paridade do poder de compra de 2005, foi fornecido pelo banco de dados “World Development Indicators” do Banco Mundial (em data.worldbank.org). O PIB per capita futuro foi calculado com base nas projeções do FMI do crescimento do PIB real e crescimento populacional do banco de dados “World Economic Outlook”.
- **População:** a população anterior foi fornecida pelo banco de dados “World Development Indicators” do Banco Mundial (em data.worldbank.org). A projeções de população futura foram calculadas utilizando-se taxas de aumento populacional fornecidas pelo banco de dados “World Economic Outlook” em www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=28
- **Desigualdade, G:** como no modelo, utilizamos o coeficiente de gini da renda (em uma escala de 0 a 1) para expressar a desigualdade. Nossa fonte foi o banco de dados “Standardized World Income Inequality”, produzido por Frederick Sol (em www.siuc.edu/~fsolt/swiid/swiid.html). O crescimento anterior da desigualdade durante períodos de uma década foi calculado como uma taxa composta de crescimento anual.

Hipóteses

Além da hipótese (citada acima) de que o PIB per capita e o crescimento do PIB per capita podem ser utilizados como *proxies* para a renda média e crescimento da renda média, utilizamos outras hipóteses, como a seguir:

- O crescimento real do PIB durante os próximos 10 anos será na taxa projetada pelo FMI no “World Economic Outlook” até 2016 (o ano final para projeções). De 2017 a 2020, a taxa é projetada como a média da taxa de 2014-2016.
- O crescimento populacional durante os próximos 10 anos ocorrerá na taxa projetada pelo FMI no “World Economic Outlook”, extraída das estatísticas nacionais, até 2016. Para o México e África do Sul, esta é uma taxa uniforme, que temos presumido continuar até 2020. Para o Brasil, é uma taxa declinante e as projeções apenas existem até 2014; assumimos como hipótese que a taxa de 2014 continuará então até 2020.
- Em alguns casos, onde dos dados sobre o coeficiente de gini da renda ou PIB não está disponíveis para 2010 (ou 2009), projetamos o nível para o(s) ano(s) faltantes, pressupondo que a taxa (anual composta) de crescimento durante a década anterior ainda se mantém.

Cenários da desigualdade

Testamos vários cenários para o desenvolvimento da desigualdade, como medido pelo coeficiente de gini da renda:

- **Sem mudanças:** a desigualdade permanece inalterada de 2010 até 2020.
- **Tendência atual:** a desigualdade continua a crescer ou declinar na taxa média observada nos últimos 10 anos para os quais os dados existem (taxa de crescimento anual composta).
- **A desigualdade aumenta na taxa da Indonésia:** a desigualdade cresce na taxa observada na Indonésia de 1999 a 2009 (0.017).
- **A desigualdade cai na taxa brasileira / mexicana:** a desigualdade cai, na taxa observada no Brasil de 1999 a 2009 (-0.009) ou do México de 1998 a 2008 (-0.005).
- **A desigualdade cai em 5 ou 10 pontos percentuais:** primeiramente calculamos qual a taxa de mudança na desigualdade (taxa composta de crescimento anual do gini) que seria resultante da meta final do gini, se 5 ou 10 por cento menor do que o ponto inicial. Utilizamos, então, esta taxa no modelo.

Projeções

Para cada país, produzimos um conjunto de projeções para 2020, com base em cenários de desigualdade diferentes, incluindo: a taxa de pobreza, o número de pessoas vivendo na pobreza, a redução (ou crescimento) no número de pessoas vivendo na pobreza no período de 2010-2020, esta redução (ou crescimento) enquanto proporção do

número total em 2010, e a mudança percentual no nível da pobreza entre 2010 e 2020.

Nota sobre a África do Sul

Para a África do Sul, os dados sobre a desigualdade estavam apenas disponíveis até 2005, e já estavam em um nível muito alto nesta fase. Nós, assim, produzimos dois conjuntos de projeções: primeiramente um conjunto-padrão, no qual projetamos à frente a desigualdade até 2010, com base no crescimento na taxa observada de 1995-2005, e utilizamos este resultado como ponto de partida; e também um cenário mais conservador no qual a desigualdade permaneceu inalterada de 2005 a 2010.

Notas

- ¹ Oxfam (2011) "Land and Power", Oxford: Oxfam.
- ² Baseado no PIB global per capita em preços constantes; Banco de dados dos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (1970–2010).
- ³ A. Sumner (2010) "Global poverty and the new bottom billion: what if three-quarters of the world's poor live in middle income countries?", Working Paper do Institute of Development Studies 2010(349)
- ⁴ Global Footprint Network (2011) "Overshoot trends", http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/overshoot_trends (os cálculos do G20 estão baseados em dados adicionais fornecidos pela Global Footprint Network.)
- ⁵ Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) (2011) "Asia 2050: Realising the Asian Century", Manila: BAD.
- ⁶ Declaração dos Líderes do Encontro do G20 de Seul, disponível em: http://www.g20.org/Documents2010/11/seoulsummit_declaration.pdf
- ⁷ Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (2010) "Time for Equality: Closing gaps, opening trails", Santiago: CEPAL.
- ⁸ <http://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN>
- ⁹ The Marmot Review (2010) "Fair Society, Healthy Lives", Londres: Marmot Review.
- ¹⁰ Veja, por exemplo, Wilkinson e Pickett (2010), "The Spirit Level: why equality is better for everyone", Penguin Books: Londres
- ¹¹ Análise da Oxfam; as taxas de homicídio são extraídas do Banco de Dados dos Indicadores de Desenvolvimento Humano <http://hdrstats.undp.org/en/tables/default.html> e a desigualdade após taxação e transferências é extraída do novo banco de dados SOLT, F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database," http://hdl.handle.net/1902.1/11992_Version_3.0.
- ¹² Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) (2010) "Regional Human Development Report for Latin American and the Caribbean", Nova York: UNDP. UNDP (2010) "Acting in the future: breaking the intergenerational transmission of inequality", Nova York: UNDP.
- ¹³ Lectures de Ralph Miliband sobre Desigualdade (15 de fevereiro de 2005), London School of Economics.
- ¹⁴ M. Ravallion (2010), "Fighting Poverty: Findings and Lessons from China's Success", Banco Mundial e análise que acompanha, <http://econ.worldbank.org/external/default/main?theSitePK=477894&contentMDK=20634060&menuPK=546584&pagePK=64168182&piPK=64168060&encoded>
- ¹⁵ Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) (2010) "Human Development Report 2010 – The Real Wealth of Nations: pathways to development", Nova York: UNDP.
- ¹⁶ A proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional caiu de 41.9 por cento para 21.4 por cento. <http://data.worldbank.org>
- ¹⁷ A proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional aumentou de 42.7 por cento em 1997 para 44.5 por cento em 2006, alcançando seu auge de 54.8 por cento em 2001. <http://data.worldbank.org>
- ¹⁸ Bourguignon F (2002) *The Growth Elasticity of Poverty Reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods*, Delta Working Papers 2002-2003, Paris: Delta (ENS)
- ¹⁹ Para uma explicação mais detalhada, veja F. Bourguignon (2003) "The Growth Elasticity of Poverty Reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods", Washington DC: Banco Mundial.
- ²⁰ Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) (2010), "Combating Poverty and Inequality", Genebra: UNRISD.
- ²¹ <http://web.usal.es/~bustillo/RavallionPPGPrimer.pdf>
- ²² Bourguignon, F. (2004), "The Poverty-Growth-Inequality Triangle". Artigo apresentado no Conselho indiano para Pesquisa sobre Relações Econômicas Internacionais, Nova Délhi, 4 de fevereiro.
- ²³ F Ferreira e M Ravallion (2008) "Global poverty and inequality: a review of the evidence", Washington DC: Banco Mundial.
- ²⁴ Representado por um coeficiente de gini de 0.2, um nível que muitos países do leste europeu tinham na década de 1980 e que países nórdicos têm agora.
- ²⁵ Representado por um coeficiente de gini de 0.6, aproximadamente o nível em Angola.
- ²⁶ Representado por um coeficiente de gini de 0.4, aproximadamente o nível em Uganda ou Cingapura.
- ²⁷ Ferreira F. e M. Ravallion (2008) "Global poverty and inequality: a review of the evidence", Washington DC: Banco Mundial.
- ²⁸ Exemplo citado em Bourguignon F (2004) "The Poverty-Growth-Inequality Triangle", artigo apresentado no Conselho Indiano para Pesquisa sobre Relações Econômicas Internacionais, Nova Délhi, em 4 de fevereiro de 2004
- ²⁹ Bourguignon F (2004) "The Poverty-Growth-Inequality Triangle", artigo apresentado no Conselho Indiano para

Pesquisa sobre Relações Econômicas Internacionais, Nova Délhi, em 4 de fevereiro de 2004

- ³⁰ ex.: Deininger K e L. Squire (1998) "New ways of looking at old issues: inequality and growth", *Journal of Development Economics* 57(2):259-287; Alesina A. e D. Rodrik (1994) "Distributive Politics and Economic Growth", *The Quarterly Journal of Economics* 109(2):465-90; Benabou R. (1996) "Inequality and Growth" Working Papers 96-22, C.V. Starr Center for Applied Economics, Nova York: New York University; Banerjee A. e E. Duflo (2003) "Inequality and Growth: what can the data say?", NBER Working Papers, Cambridge: NBER
- ³¹ Veja, por exemplo, T. Persson e G. Tabellini (1994) "Is Inequality Harmful for Growth?", *American Economic Review* 84(3): 600-621; A. Alesina e D. Rodrik (1994) "Distributive Politics and Economic Growth", *The Quarterly Journal of Economics* 109(2):465-90
- ³² Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) (2011), "Asia 2050: Realising the Asian Century", Manila: BAD.
- ³³ Estes argumentos foram apresentados nas décadas de 1960 e 1970 por economistas como Nicholas Kaldor e Michal Kalecki.
- ³⁴ E. Stuart (2011) "Making Growth Inclusive", Oxford: Oxfam.
- ³⁵ Lopez, J.H e G. Perry (2008). *Inequality in Latin America: Determinants and Consequences*, Washington DC: Banco Mundial
- ³⁶ Lopez, J.H e G. Perry (2008). *Inequality in Latin America: Determinants and Consequences*, Washington DC: Banco Mundial
- ³⁷ Banco Mundial (2001) "Engendering development through gender equality in rights, resources and voice", Washington DC: Banco Mundial.
- ³⁸ Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) (2011) "Asia 2050: Realising the Asian Century", Manila: BAD.
- ³⁹ Engerman S. e K. Sokoloff (2002) *Factor endowments, inequality, and paths of development among new world economies*, Cambridge: NBER
- ⁴⁰ Yashar D (1997) *Demanding democracy: reaction and reform in Costa Rica and Guatemala*, Stanford University Press
- ⁴¹ Rodrik D.,A. Subramanian e F. Trebbi (2002), "Institutions Rule: the Primacy of Institutions Over Geography and Integration in Economic Development", Cambridge: NBER; Rodrik, D (2003) "Institutions for High Quality Growth: What they are and how to acquire them", Cambridge: NBER
- ⁴² F. Ferreira e M. Ravallion (2008) "Global poverty and inequality: a review of the evidence", Washington DC: Banco Mundial.
- ⁴³ M. Kumhof e R. Ranciere (2010) "Inequality, Leverage and Crises", Washington DC: FMI.
- ⁴⁴ A. Berg e D. Ostry (2011) "Warning! Inequality May Be Hazardous to Your Growth", [http://blog-imfdirect.imf.org/2011/04/08/inequality-and-growth](http://blog.imfdirect.imf.org/2011/04/08/inequality-and-growth)
- ⁴⁵ De acordo com o cenário de referência da OCDE, o PIB global está projetado para crescer (em termos ajustados de paridade do poder de compra) em uma média anual de 3.5 por cento, levando a uma quadruplicação da economia global até 2050. Veja a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2008) "Climate Change Mitigation: what do we do?" Paris: OCDE.
- ⁴⁶ Banco de dados da Global Footprint Network (2011) (não publicado)
- ⁴⁷ Programa Mundial de Alimentação "Who are the hungry?" <http://www.wfp.org/hunger/who-are> - acessado em 15 de outubro de 2011
- ⁴⁸ A. Brody, J. Demetriades e E. Esplen (2008) "Gender and Climate Change: mapping the linkages". Sussex: Institute of Development Studies.
- ⁴⁹ Tyndall Centre for Climate Change Research (2010) "Four degrees and beyond", Londres: Royal Society.
- ⁵⁰ Oxfam (2011) "Land and Power", Oxford: Oxfam.
- ⁵¹ F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database," <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0
- ⁵² <http://data.worldbank.org>
- ⁵³ G.A. Cornia (2010) "Income Distribution under Latin America's New Left Regimes", *Journal of Human Development and Capabilities* Volume 11 Issue
- ⁵⁴ D. Hailu e S. Soares (2009) "What Explains the Decline in Brazil's Inequality?" Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.
- ⁵⁵ CEPAL (2010), "Time for Equality: Closing gaps, opening trails", Santiago; CEPAL.
- ⁵⁶ Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) (2010) "Regional Human Development Report for Latin American and the Caribbean", Nova York: UNDP. UNDP (2010) "Acting in the future: breaking the intergenerational transmission of inequality", Nova York: UNDP.
- ⁵⁷ G.A. Cornia (2010) "Income Distribution under Latin America's New Left Regimes", *Journal of Human Development and Capabilities*: 11(1): 85-114
- ⁵⁸ High Pay Commission (2011) *More for Less: what has happened to pay at the top and does it matter?* Londres: High Pay Commission
- ⁵⁹ Wolff E (2010) "Recent Trends in Household Wealth in the United States: Rising Debt and the Middle-Class Squeeze—an Update to 2007", Levy Economics Institute of Bard College
- ⁶⁰ UNRISD (2010) "Combating Poverty and Inequality", Genebra: UNRISD.

- ⁶¹ Nossa amostra inclui todos aqueles países classificados pelo Banco Mundial como de baixa renda em setembro de 2011 para os quais os dados estejam atualmente disponíveis.
- ⁶² Nossa amostra inclui todos aqueles países classificados pelo Banco Mundial como de renda média baixa em setembro de 2011 para os quais os dados estejam atualmente disponíveis.
- ⁶³ <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>
- ⁶⁴ PIB per capita, 2005 Paridade de Poder de Compra constante\$, média 2005–7. Pegada ecológica da produção per capita, média 2005–7. A linha do país de alta renda deriva-se das classificações de país do Banco Mundial. A linha da biocapacidade global por pessoa de 1.8 gha é baseada em uma divisão per capita igual da biocapacidade do planeta entre a população global.
- ⁶⁵ Veja o quadro 1 na página 13 para uma explicação sobre os hectares globais.
- ⁶⁶ G. Peters, J. Minx, C. Weber e O. Edenhofer (2011) "Growth in emissions transfers via international trade from 1990 to 2008", <http://www.pnas.org/content/early/2011/04/19/1006388108.full.pdf>. Países desenvolvidos são os países do Anexo B comprometidos a reduzir as emissões de CO₂ sob o Protocolo de Kyoto, incluindo os EUA.
- ⁶⁷ S. Kartha e P. Erickson (2011) "Comparison of Annex I and non-Annex I pledges under the Cancun Agreements", Working Paper WP-US-1107, Sommerville: Stockholm Environment Institute. Disponível em <http://sei-international.org/mediamanager/documents/Publications/Climate/sei-workingpaperus-1107.pdf>
- ⁶⁸ A. Fosu (2008) "Inequality and the impact of growth on poverty: comparative evidence for sub-Saharan Africa", Helsinki: UN-WIDER.
- ⁶⁹ Bourguignon F (2002) *The Growth Elasticity of Poverty Reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods*, Delta Working Papers 2002-2003, Paris: Delta (ENS)
- ⁷⁰ Taxas previstas versus taxas reais de mudança nas taxas de pobreza (taxas de crescimento anuais compostas) como se segue. Brasil: previsão -10.3%, real -10.2%; Indonésia: previsão -7.9%, real -8.9%; México previsão -8.1%, real -11.1%; África do Sul previsão 0.0%, real -1.2%.
- ⁷¹ Observe que estas projeções não estimam níveis de pobreza futuros mas sim indicam a escala provável da diferença feita por mudanças na desigualdade.
- ⁷² Banco Mundial, Indicadores Mundiais de Desenvolvimento, disponível em <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
- ⁷³ F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0
- ⁷⁴ Em 2005 o México fixou para si próprio a meta de reduzir a pobreza levando em conta a magnitude da pobreza alimentar, baseando medidas de bem-estar em níveis de contexto específico (para populações rurais e urbanas) que são, logicamente mais altos do que estas linhas de pobreza extrema. Com relação a estas metas, o México regrediu nos últimos 4 a 6 anos.
- ⁷⁵ Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial, disponível em <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
- ⁷⁶ Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial, disponível em <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
- ⁷⁷ F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0
- ⁷⁸ O FMI está sugerindo taxas de crescimento de PIB real que são em média superior a quatro por cento ao ano. Combinamos isto com as taxas de crescimento populacional para fornecer um valor per capita.
- ⁷⁹ Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial, disponível em <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
- ⁸⁰ Esta é a taxa projetada para 2011 e 2012 estendida para 2020 para fins de ilustração.
- ⁸¹ F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0
- ⁸² Himanshu (2011) "Employment trends in India: a re-examination", *Economic and Political Weekly* 46(37)
- ⁸³ Banco Mundial (2011) "World Development Report", Washington DC; Banco Mundial.
- ⁸⁴ Veja, por ex., E King e A Hill (1993) *Women's education in developing countries: barriers, benefits and policies*, Washington DC: Banco Mundial e Johns Hopkins University Press
- ⁸⁵ M. Ravallion (2009) "A Comparative Perspective on Poverty Reduction in Brazil, China and India", Washington DC: Banco Mundial.
- ⁸⁶ Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) (2011) "Asia 2050: Realising the Asian Century", Manila: BAD.
- ⁸⁷ Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) (2011) "Asia 2050: Realising the Asian Century", Manila: BAD.
- ⁸⁸ E. Stuart (2011) "Making Growth Inclusive", Oxford: Oxfam.
- ⁸⁹ Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (2010) "Time for Equality: Closing gaps, opening trails", Santiago: CEPAL.
- ⁹⁰ Netsanet WW (2010) "Investing in Health for Africa-The case for Strengthening Systems for Better Health Outcomes", Harmonisation for Health in Africa Steering Group
- ⁹¹ Oxfam (2009) "Blind Optimism: challenging the myths about private healthcare in poor countries", Oxford: Oxfam; the *Economist* (2011) "Healthcare in Brazil: an injection of reality", 30 de julho.

- ⁹² E. Stuart (2011) "Making Growth Inclusive", Oxford: Oxfam.
- ⁹³ UNEP, Frankfurt School of Finance (2011) "Global Trends in Renewable Energy Investment 2011," <http://www.fs-unep-centre.org/publications/global-trends-renewable-energy-investment-2011> (acessado pela última vez em 3 de janeiro de 2012)
- ⁹⁴ Greg Barker (2011) "UK can learn from Germany's feed-in tariff lessons", *the Guardian*, 21 de março, <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/mar/21/germany-feed-in-tariff> (acessado pela última vez em 3 de janeiro de 2012)
- ⁹⁵ Oxfam (2011) "Growing a better future: Food justice in a resource-constrained world," p 60, <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/growing-a-better-future-food-justice-in-a-resource-constrained-world-132373> (acessado pela última vez em 3 de janeiro de 2012)
- ⁹⁶ "Brazil Amazon deforestation at lowest level in years", (2011) *BBC News*, 6 de dezembro, <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-16048503> (acessado pela última vez em 3 de janeiro de 2012)
- ⁹⁷ Fosu A (2008) *Inequality and the impact of growth on poverty: comparative evidence for sub-Saharan Africa*, Helsinki: UN-WIDER
- ⁹⁸ Bourguignon F (2002) *The Growth Elasticity of Poverty Reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods*, Delta Working Papers 2002-2003, Paris: Delta (ENS)
- ⁹⁹ Bourguignon F e C Morrisson (2002) "Inequality among World Citizens: 1820–1992." *American Economic Review*, 92(4): 727–44

© Oxfam Internacional Janeiro de 2012

Este artigo foi escrito por Richard Gower, Caroline Pearce e Kate Raworth. A Oxfam agradece a assistência de Richard King, Antonio Hill, Caroline Green, Eduardo Caceres, Max Lawson e Dr Paul Segal em sua produção. O trabalho faz parte de uma série de documentos escritos com o objetivo de contribuir para o debate público sobre questões de políticas de desenvolvimento e humanitárias.

Esta publicação possui direitos autorais, mas o texto pode ser utilizado gratuitamente para fins de defesa de direitos, campanhas, educação e pesquisa, desde que sua fonte seja citada integralmente. Os detentores dos direitos autorais requerem que todos os usos dessa natureza sejam registrados com eles para fins de avaliação de impacto. Para cópias em qualquer outra circunstância, para reutilização em outras publicações, para tradução ou adaptação, deve ser solicitada permissão e uma taxa pode ser cobrada. E-mail publish@oxfam.org.uk. Para informações adicionais sobre as questões tratadas neste documento, por favor envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org. As informações contidas nesta publicação estão corretas no momento em que ela foi encaminhada para impressão.

Publicada pela Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob ISBN 978-1-78077-050-5 em Janeiro de 2012. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

Oxfam

A Oxfam é uma confederação internacional de quinze organizações que estão trabalhando juntas em 98 países para encontrar soluções duradouras para a pobreza e injustiça:

Oxfam América (www.oxfamamerica.org),
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au),
Oxfam-in-Belgium (www.oxfamsol.be),
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca),
Oxfam França (www.oxfamfrance.org),
Oxfam Alemanha (www.oxfam.de),
Oxfam GB (www.oxfam.org.uk),
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk),
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org),
Intermón Oxfam (www.intermonoxfam.org),
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org),
Oxfam México (www.oxfammexico.org),
Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz),
Oxfam Novib (www.oxfamnovib.nl),
Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca),

As organizações a seguir estão atualmente como membros observadores da Oxfam, trabalhando em direção a uma afiliação completa:

Oxfam Japão (www.oxfam.jp)
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)

Escreva, por favor, para quaisquer das agências para obter mais informações ou visite www.oxfam.org. Email: advocacy@oxfaminternational.org